



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE MAIO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Elton Carlos Welter e José Maria Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requiero verificação de votação da Ata.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requiero dispensa da chamada nominal, tendo em vista quórum suficiente para votação.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Temos aí 24, 25 Deputados. Já temos condições de continuar com a Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Queria só esclarecer ao nobre Deputado Neivo Beraldin, que quem pediu a chamada nominal fui eu.

Então, somente eu posso retirá-la, mas como houve o pedido do Deputado Neivo Beraldin, estou retirando o pedido de chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero cumprimentá-lo pelo pedido.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Procede a questão de ordem.

Em discussão a Ata da última Sessão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja transformado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 99/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná a doar ao Município de Dois Vizinhos, imóvel de sua propriedade.

O referido pedido justifica-se pela necessidade imediata de apreciação da matéria, haja vista a relevância e urgência que aquele Município tem para execuções de projetos de ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 034/2004.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 002/2004 - item 01 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Alexandre Khury, Ademir Bier, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Felipe Lucas.

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER encerramento de discussão do Projeto de Lei nº 002/04, com base no inciso II do Artigo 157 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Nereu Moura

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para real-

ização de Audiência Pública da Comissão, no dia 13 de maio próximo, às 16h00 no Auditório da UEL - Universidade Estadual de Londrina, e às 20h00 no Auditório da UEM - Universidade Estadual de Maringá, para discussão sobre a suspensão de determinados concursos vestibulares e a falta de professores nas Universidades Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais (artigos 34 e 35), vem mui respeitosamente, após ouvido o douto Plenário, REQUERER a constituição de Comissão Especial de Investigação para acompanhar o andamento do projeto do Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba, composta por sete membros e com duração de 120 dias.

O presente requerimento justifica-se em face da explanação do engenheiro Leopoldo Campos, o qual fez uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de maio de 2004, e apresentou uma série de documentos e pareceres, inclusive do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) contestando os valores propostos no projeto, indicando que o custo do km de asfalto das obras seria de R\$ 8 milhões, o que corresponderia ao dobro do custo das obras da FERROESTE.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, vem REQUERER a V. Exa. a designação da data do dia 09 de junho do ano em curso para a realização de Sessão Solene pela passagem dos 175 anos da Imigração Alemã no Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à comunidade do Município de Goioerê, pelo sucesso da 2ª Festa do Leitão Maturado, prato típico do Município, ocorrida no dia 02 de maio deste ano, contando com a participação de aproximadamente três mil pessoas.

Requerem, ainda que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Goioerê, pelo seu

Prefeito Antonio Bernardino Senna Neto (Rua Amazonas, 280 - CEP 87360.000- Goioerê-PR).

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(aa) NELSON TURECK
ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Rádio Mundial FM, de Ponta Grossa, alusivos aos 18 anos de sua fundação.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Nilson de Oliveira, Diretor da Rádio, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Dulcídio, 1101 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Mundial FM tem, nesses últimos anos, desde sua fundação, firmado-se como uma rádio séria, sempre comprometida com as questões mais importantes da região dos Campos Gerais, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas e noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Otássio Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Diretor-Presidente do Jornal do Estado, Rodrigo Barrozo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de parabéns ao Ilmo. Sr. Cláudio Gotardo, Prefeito Municipal de Boa Esperança, pela realização da Festa do Trabalhador, realizada todo dia 1º de Maio, em benefício dos servidores municipais, configurando assim a valorização de seus colaboradores.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Boa Esperança, pelo seu Prefeito Cláudio Gotardo (Av. Amazonas, 22 - 87390-000 - Boa Esperança - PR).

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da compra do imóvel transformado em parque público de lazer pela Lei Estadual nº 14233 de 27 de novembro de 2003, localizado em Almirante Tamandaré:

- nome dos atuais proprietários;
- motivação para a aquisição do imóvel;
- fundamentação legal para a aquisição;
- uso que será dado ao imóvel, se adquirido;
- valor que será pago pelo imóvel;
- se foram realizadas avaliações sobre o valor dos imóveis da região e quais as conclusões.
- se esse imóvel é o único que atende às necessidades do Estado para o fim a que este destina;
- informar a origem dos recursos que serão utilizados para o pagamento do imóvel;
- juntar mapa, matrícula atualizada e demais documentos do bem que está sendo adquirido.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a nomeação de Delegado para as Comarcas de Barracão e de Santo Antonio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação se deve ao fato de essas comarcas fazerem fronteira com o vizinho país da Argentina e, portanto, se localizarem em áreas de segurança, sendo que a Comarca de Barracão atende também aos Municípios de Bom Jesus do Sul, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho e Manfrinópolis, e a Comarca de Santo Antonio do Sudoeste atende aos Municípios de Pranchita e Pinhal de São Bento e estão há um ano sem Delegado para responder pelo policiamento, fato este que gera muita insegurança entre os munícipes, uma vez que se tem registrado um aumento constante da marginalidade naqueles Municípios.

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando do mesmo providências no sentido de determinar a construção de escola para servir o Conjunto Requião, na Zona Norte de Maringá.

Foi iniciada obra para a construção da referida escola em 1993, durante o primeiro mandato do Governador do Estado. Contudo, até a presente data a mesma não foi concluída.

Cabe salientar que, segundo a FUNDEPAR, o DECOM já condenou a estrutura construída no local, restando a necessidade de demolir-se o prédio iniciado e efetuar nova obra.

É fundamental para as famílias do Conjunto Requião que essa escola seja construída, evitando que as crianças tenham que se deslocar para longe a fim de ter acesso ao ensino. Aproximadamente 1.200 famílias serão beneficiadas com essa obra.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais e por disposição constitucional, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior solicitando a inclusão de um representante das onze Faculdades Estaduais na

Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, alterando-se desta forma o Decreto nº 2856, de 22 de abril de 2004. A ausência de pelo menos um representante das Faculdades Estaduais trará graves conseqüências aos objetivos almejados pelo Governo e ao próprio Sistema Estadual de Ensino Superior no que diz respeito ao processo de avaliação do ensino superior conforme estabelecido na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Lei nº 9394/96 e demais disposições.

É por demais conhecido o papel extraordinário desenvolvido pelas Faculdades Estaduais do Paraná no processo de desenvolvimento das regiões onde se encontram. Seu papel social, consolidado ao longo de mais de cinco décadas, atesta sua importância que não pode ser desmerecida em hipótese alguma, o que denotaria, em contrário, ausência de conhecimento do próprio sistema e da sociedade paranaense.

Requer ainda que o representante das Faculdades Estaduais seja indicado pela Câmara das Faculdades, organismo especializado existente no âmbito da APIESP.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa vem REQUER que, após a condescendência do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de imediatas providências para a recuperação do trecho rodoviário PR-589, da sede municipal de Nova Santa Rosa até a sede distrital de Novo Sarandi, no Município de Toledo.

O trecho rodoviário referenciado encontra-se com a sua pavimentação asfáltica muito desgastada, tendo ao longo intensa frequência de buracos na pista de rolamento, o que contingencia a possibilidade de ocorrerem sinistros a qualquer momento, que podem redundar em fatos indesejáveis à vida humana.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa de Leis, vem REQUERER que, após a condescendência do Plenário, seja oficiado o Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de imediatas providências para a recuperação do trecho rodoviário da PR-491, desde a sede municipal de Nova Santa Rosa até o entroncamento da PR-181, no Município de Maripá.

A pavimentação asfáltica do referenciado trecho está muito desgastada, apresentando intensa frequência de buracos na pista de rolamento, que comprometem perigosamente a trafegabilidade normal de veículos,

colocando em risco a segurança de condutores e transeuntes.

A situação é gravíssima em face do quadro de alto risco de a qualquer momento ocorrerem sinistros que atentem à vida daqueles que trafegam no trecho rodoviário em referência.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo no artigo 135, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações ao Governo do Estado do Paraná através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, com relação à venda do terreno localizado na Av. República Argentina, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição, matrícula sob nº 45.126, devendo também ser anexada a cópia do procedimento administrativo que deu ensejo a esta venda, bem como cópia do título de crédito responsável pela quitação do negócio.

Assim sendo, aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente encaminhar à Mesa solicitação de esclarecimento junto à Secretaria da Segurança, sobre possibilidade de se realizar um aumento no contingente funcional da Delegacia de Polícia de Palmas, Estado do Paraná.

Deve-se destacar que, com o aumento do índice de criminalidade no Município, torna-se imprescindível a contratação de mais profissionais, principalmente, escrivão, investigadores e policiais.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais, do artigo em anexo, conforme justifica a seguir.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Em artigo publicado no jornal Tribuna da Imprensa, o jornalista Carlos Chagas lamenta que só na próxima quinta-feira, decorridos dezesseis meses de mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) finalmente reunirá o Conselho Político do Governo, que é constituído por presidentes dos partidos aliados. *Apesar de anunciado para começar logo depois da posse, esse conselho jamais se reuniu. Várias são as explicações. A primeira, dada pelo próprio Presidente, de que ele não gostaria de encontrar Leonel Brizola, Presidente do PDT,* destaca o jornalista.

Esta oportuna manifestação, vinda de fonte insuspeita e de grande credibilidade da imprensa brasileira, resgata o sentido coerente do afastamento de Brizola e do PDT da base aliada do Governo petista, exatamente porque ao Partido não era dado o direito de participar das decisões sobre políticas públicas. Indiferente aos costumes políticos que normalmente circulam o poder, com as práticas do “toma-lá, dá-cá” ou do “é dando que se recebe”, não bastava ao Partido que o Governo tivesse nomeado meia-dúzia de pedetistas para postos da administração federal, como no caso de Miro Teixeira para a pasta das Comunicações.

A propósito, comenta o jornalista Carlos Chagas: *Muita gente achou estranho que Lula fizesse pessoalmente o convite, não através de Brizola, como seria o natural...* (sendo ele o Presidente Nacional do PDT). *Agora, identificar numa misteriosa idiossincrasia a motivação para que uma estrutura institucional deixe de funcionar é reduzir o Brasil à condição de republiqueta. Lamentavelmente, é o que parece.*

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 157/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a implantar o salário-mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a vigorar em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os benefícios de que trata esta lei, serão pagos a partir de 1º de maio de 2004.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que regulamenta o salário-mínimo nos Estados;

CONSIDERANDO que o salário-mínimo que está contido na Medida Provisória do Governo Federal, não

satisfaz às necessidades do cidadão brasileiro que reside no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que o nosso Estado possui uma das cestas básicas mais caras do País;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Paraná já institui salário-mínimo de R\$ 400,00 para os seus servidores;

CONSIDERANDO, ainda, o crescimento da arrecadação estadual, (informação dada através da imprensa por fontes governamentais);

Estamos propondo que o Governo estadual adote o salário mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cujos valores são os que mais se aproximam de U\$ 100,00 (cem dólares), que é um valor que, embora ainda não suficiente, poderá oferecer um pouco mais de vantagens ao trabalhador do nosso Estado.

Desta forma, contamos com o apoio dos demais membros do nosso Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 158/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida a Sociedade Espírita Allan Kardec do Município de Cornélio Procopio, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, inscrito no CNPJ nº 02.764.734/0001-72, a qualidade de entidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Allan Kardec vem, desde sua fundação, realizando um trabalho de amplo alcance social, inclusive alimentando todos os sábados, 45 famílias.

É preciso, portanto, que esse trabalho seja reconhecido pelos poderes constituídos.

Posto isso, queremos dar à sociedade o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual e pedimos o assentimento de todos os Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 159/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Quisisana - ASMOVIQ, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15 de março de 1983, a Associação de Moradores da Vila Quisisana - ASMOVIQ é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Inscrita no CNPJ nº 76.752.997/0001-06, desenvolve atividades na abrangência da Vila Quisisana, incentivando e organizando os moradores e seus associados na proporção da defesa dos interesses coletivos e individuais, agindo para a conquista da cidadania, no combate a qualquer espécie de violação dos direitos humanos, ou qualquer forma de discriminação ou preconceito.

A referida Associação vem demonstrando, desde sua fundação, ser uma entidade responsável, organizada e combativa, realizando vários eventos em prol da comunidade são-joseense.

Sendo conhecedor do trabalho desenvolvido pela entidade, solicito dos nobres Pares o apoio para que a mesma seja reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 160/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Institui-se no Estado do Paraná, o Título Honorífico Mérito Policial a ser concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos integrantes das unidades policiais, civis e militares, incluindo-se os do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal, que tiverem sido reconhecidos, em suas respectivas corporações, por atos de bravura, no cumprimento do dever.

Parágrafo Único - A concessão da honraria estará em conformidade com a legislação das unidades civis e militares.

Art. 2º - A homenagem do Estado, a ser concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, será feita anualmente, na data de aniversário de criação de cada uma das unidades policiais, a compreender: 10 de agosto, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; 21 de abril, Polícia Civil; 04 de agosto, Guarda Municipal.

§ 1º - Noventa dias anteriores à data estipulada para entrega dos títulos, o Cerimonial desta Casa de Leis fará comunicação com cada uma das unidades, através dos respectivos cerimoniais, para obter a relação dos integrantes enquadrados no previsto pelo Artigo 1º, Parágrafo Único.

§ 2º - Nos casos que o homenageado tiver perdido a vida receberá, em seu lugar, o representante indicado a critério do comando de cada uma das unidades policiais civis e militares.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando a difícil missão dos policiais, combatendo o crime, salvando vidas e expondo-se a todo tipo de risco, diariamente, acreditamos que homenagens aos fiéis servidores, que cumprem seu dever e muitas vezes perdem a vida, devem servir de incentivo e agradecimento.

Considerando que as qualidades e atos de bravura devam ser divulgados sempre que possível e merecer recompensas para que possam servir de exemplo aos cidadãos, mostrando valores e atos que devem ser imitados, acreditamos que essas pequenas cerimônias de homenagem e apreço sejam benéficas também àqueles que assistem ou delas ouvem falar.

Temos certeza que o presente projeto poderá servir de incentivo e gratificação por atos praticados em nome do coletivo, que exigem doação e sacrifícios de quem os pratica.

PROJETO DE LEI Nº 161/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Ouro Verde, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação Comunitária Vila Ouro Verde, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Curitiba, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da Associação.

As principais ações da Associação Comunitária Vila Ouro Verde são o desenvolvimento de cursos de alfabetização e capacitação aos jovens e idosos, bem como, o desenvolvimento de atividades esportivas para os jovens da referida comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 162/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Assistencial Nova Vida, com sede e foro na Cidade de Altônia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Centro Assistencial Nova Vida, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Altônia, tendo como objetivo básico a promoção, a educação, a ação e assistência social, assistência moral e espiritual do ser humano, de acordo com a visão evangélica.

As principais ações do Centro Assistencial Nova Vida são o desenvolvimento de campanhas que conscientizem o povo sobre a importância da sua participação no aprimoramento moral e espiritual, bem como a prestação de assistência social às pessoas desprovidas de melhores condições financeiras.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Encerrado o Horário do Expediente.

Passamos ao Horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chamo a atenção para um importante assunto veiculado na imprensa paranaense na data de hoje, em que pese até o nobre Líder do Governo haver, meio que censurado esse tipo de pronunciamento, e que nós estejamos nos pautando, até os nossos pronunciamentos, através de veículos de comunicação.

Só quero lembrar ao Líder do Governo que, antes de ser Deputado estadual, sou jornalista. Aliás, estou temporariamente ocupando este cargo de jornalista e nada mais justo e digno do que usar a tribuna desta Casa de Leis para repercutir os assuntos em voga e que são de interesse da comunidade do Estado do Paraná, haja vista que estamos verdadeiramente numa Casa democrática e que é, sem dúvida nenhuma, a caixa de ressonância dos assuntos de interesse da nossa comunidade. Temos que enaltecer principalmente a imprensa que exerce um papel digno, legítimo, numa sociedade democrática, num regime de direito democrático e que faz o jornalismo investigativo, o jornalismo sério e, acima de tudo, que busca a verdade para proteger o bem público.

O Jornal do Estado de hoje, página 04 e 05 em letras garrafais, denuncia "Editais sob Medida- Licitação para escolha de agências de publicidade que prestam serviço ao Governo do Estado está repleta de critérios subjetivos que abriram caminhos para empresas menores sem tradição e sem solidez econômica".

Vejam os senhores alguns indícios de que esse Edital foi especialmente moldado ao interesse de algumas agências. Inclusive esses critérios subjetivos deram margens para que as empresas se adaptassem ao Edital

depois do período de licitação e até mesmo após serem escolhidas.

São denúncias gravíssimas “nitroglicerina pura”, diria até. E a imprensa, na data de hoje, mostra que são recursos na ordem de quarenta e três milhões de reais. Para ser exato, quarenta e três milhões, quinhentos e setenta e seis mil e duzentos reais.

Vejam só, algumas pequenas empresas, por exemplo: A Melo Soares & Cia Ltda, conhecida por MC Comunicação, é um dos casos mais emblemáticos entre as vencedoras de licitação para a prestação de serviços publicitários para o Governo Roberto Requião.

Documentos da Junta Comercial do Paraná mostram que essa empresa se especializou em publicidade somente no dia 28 de maio do ano de 2003. Portanto, sete dias após a publicação do 1º Edital de Licitação do Governo do Estado.

E não é só isso, Sras. e Srs. Deputados. Outra vencedora da licitação milionária da Secretaria de Estado da Comunicação, é a RBA Propaganda e Imagem Ltda, que está registrada desde 25 de fevereiro de 91, na Junta Comercial. Só que, inexplicavelmente, ela apresentou um súbito crescimento de capital após a eleição do Governo Roberto Requião. A agência foi vencedora do segundo lote do Edital, que abrange as contas das poderosas SANEPAR, COPEL e da Secretaria de Estado da Comunicação Social. E não estamos falando de um montante qualquer, não! São sete milhões e oitocentos mil reais, apenas para essa empresa, Deputado Valdir Rossoni!

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PDT)

Um outro caso é a Menezes e Cicarello Comunicação e Marketing Ltda, uma das agências aprovadas na licitação, que aumentou o seu capital social depois da eleição do Governador Roberto Requião. A empresa cuida das contas do DETRAN, da Secretaria de Estado da Comunicação, somadas aí uma doação orçamentária no valor de quatro milhões e quinhentos mil reais.

Temos também a Trade, que alega ter doze anos de mercado, mas no dia 6 de janeiro de 2003, aumentou o seu capital social de dez mil para sessenta mil reais. e outra empresa, a JL Comunicação Ltda, porque pertencia a Paulo Borges Kobylanski, que por um breve período de dois meses foi dono da agência e também foi diretor do Consórcio “Paraná Mais Seguro”, que junto com outras onze empresas faziam o fornecimento de equipamentos de informática para a CELEPAR, órgão do Governo do Estado.

Cabe a nós aqui, sobretudo como Parlamentares que estão preocupados em apurar a verdade, trazer a debate aquilo que consideramos oportuno debater e os Líderes Governistas que respondam também aquilo que consideram oportuno responder. Ora nos pronunciamos aqui sobre fatos que são veiculados pela imprensa, ora

nós somos até mesmo motivo de fonte para essa mesma imprensa poder externar essa nossa preocupação.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço ao ilustre Deputado!

Só para acrescentar ao seu pronunciamento uma questão que considero gravíssima e nós vamos em busca dessas informações. Na verdade, recebemos informações de que uma dessas empresas teve alteração no contrato social, retirando do contrato social alguns funcionários do Governo, porque senão essa empresa não poderia participar das licitações. Então, isso é grave, acredito que tenhamos que fazer uma ampla investigação, pedir as informações das alterações, porque fazer alteração prática que, no mínimo, deixa uma dúvida no ar.

Recebi essa informação e vamos nos aprofundar nessa questão. Estou ao seu lado e temos a obrigação de investigar, porque não é pouco o dinheiro, não!

Agradeço ao aparte!

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni!

Quero ainda, Sr. Presidente, prestar aqui congratulações à iniciativa do Vereador Fábio Camargo, do PFL desta Capital, que protocola no dia de hoje uma Ação Popular, questionando o Governo do Estado a respeito das cento e setenta e uma contratações irregulares de jornalistas e radialistas para a Rádio e TV Educativa do Estado do Paraná.

E gostaria de finalizar, dizendo que é imperioso que o Poder Judiciário se manifeste sobre essa questão, porque não queremos que pairem quaisquer tipos de dúvidas sobre essa polêmica, que envolve aqui vultosos recursos da Comunicação Social do nosso Estado. Nem vou entrar aqui na questão que foi levantada pelo Deputado Jocelito Canto, a respeito da propaganda em veículo de fora do Estado do Paraná.

Gostaria de pedir ao Presidente André Vargas, que pudesse nos conceder o direito de aparte ao Deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Concedo o direito do aparte por um minuto.

O Sr. Nereu Moura

V. Exa. traz um assunto palpitante. É pena que V. Exa. não o faça através de documentos, como deveriam ser. Porque a denúncia, para ser legítima e ter fundamento, irregularidade ou de ilegalidade, tem que ser pautada em cima de documentos, e não em conversa fiada!

Esse Governo não tem preocupação nenhuma de mostrar a V. Exa. Pode fazer os requerimentos e colocar à Mesa, que nós iremos aprovar, porque V. Exa. vai ter todos os documentos para dirimir as dúvidas que eventualmente V. Exa. tenha porque, diferentemente do Governo anterior, que no primeiro ano de mandato gastou 508

milhões de dólares em publicidade, no Brasil e no mundo.

É de se espantar, Sr. Presidente, mas é verdade! Vejam que aqueles Deputados que davam apoio àquele Governo se espantam, como nós nos espantávamos e, não tínhamos a liberdade de ter esses documentos que V. Exa. vai ter.

Pode colocar o requerimento que nós iremos aprovar e V. Exa. pode vir e fazer a denúncia, se é que ela existe, de ilegalidade ou de imoralidade, porque estará pautado em documentos e não em conversa do “disse me disse”, porque aí fica difícil de nós travarmos o debate.

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria de trinta segundos, só para concluir, Sr. Presidente.

Dizia, Deputado Nereu Moura, que não se trata de conversa fiada, como V. Exa. acabou colocando. Um jornal de respeito, um jornal do Estado, que fez consultas às Juntas Comerciais do Estado, e que estão através de documentos dentro da própria Secretaria da Comunicação. Aqui, inclusive, com os valores as dez agências escolhidas, pelo critério subjetivo como foi colocado.

O Sr. Nereu Moura

Quais são as irregularidades?

O SR. BARBOSA NETO

As irregularidades: aumento do capital sete dias após a publicação de um edital.

Sr. Presidente, seguindo a orientação do Natálio Stica, Líder do Governo, não estamos protocolando esse requerimento, porque, segundo ele, nós estaríamos fazendo carnaval aqui com a documentação que ainda não está em nossa consignação.

Em respeito ao Líder do Governo, nós estamos tomando esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agradeço, acho que a Mesa foi compreensiva, nós temos ainda alguns Deputados inscritos.

Deputado Nelson Tureck do PSDB, por cinco minutos.

O SR. NELSON TURECK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresentei um requerimento hoje e peço a aprovação dos nobres companheiros, parabenizando um pequeno Município no interior do Estado do Paraná, que é um exemplo no Estado e um exemplo para o Brasil, que é o Município de Boa Esperança, na região da CON-CAM, Campo Mourão, aonde nós temos o Prefeito Cláudio Gotardo, do PSDB, que fez uma das maiores transformações nessa Cidade, mostrando que com poucos recursos se faz uma grande administração, beneficiando a saúde, beneficiando a educação, a urbanização da Cidade, os agricultores, os Distritos.

Além desta brilhante administração, o Prefeito Municipal é um Prefeito feijão com arroz. A humildade, a simplicidade, junto com seus funcionários, fazendo esta grande administração. Um Município que tem crédito, um Município que eu garanto que são poucos no Brasil - o salário-mínimo é 314 reais! Muitas vezes nós vemos justificativas do Ministro do Planejamento, da própria Previdência, dizendo que os pequenos Municípios vão quebrar porque o salário não dá para elevar mais do que 260 reais! E Boa Esperança é um exemplo - 314 reais, sem dívida! E lá ainda tem o prato típico é um dos maiores eventos hoje em organização que é a “Vaca atolada”, no Município de Boa Esperança.

Então, estamos orgulhosos, Deputado Dobrandino, de ser Deputado de uma região, ainda existe a parceria do Prefeito com o Governo do Estado do Paraná e os bons projetos são implantados, e quem ganha, é a população.

Por isso, como Deputado, tenho que vir a esta Tribuna para dar o meu testemunho e a alegria de ser um Deputado que representa a Cidade de Boa Esperança, aqui, neste Parlamento.

Ao mesmo tempo, também dizer, Srs. Deputados, que nós estivemos no Município de Goioerê, participando também de um momento importante, de um momento festivo, aonde tem o Prefeito Antonio Bernardino Senna, que é do PMDB, e lá o Deputado Nelson Tureck, o Deputado Antonio Anibelli, inclusive hoje também com um requerimento nesta Casa, parabenizando o prato típico, um evento de mais de quatro mil pessoas, lá no parque que foi inaugurado recentemente, o Parque do Povo, com obras financiadas do Governo do Estado do Paraná, através do Governo Roberto Requião, Secretário Renato Adur, obra que é um orgulho, é um cartão de visita para a nossa região e, principalmente, para o Município de Goioerê, e lá nós estivemos participando do prato típico que é a “leitoa maturada”, um prato excelente, e no qual eu faço o convite aqui aos Parlamentares para que, no próximo ano, vão até a Cidade de Goioerê para prestigiar e comemorar o aniversário e saborear o prato típico, que é uma delícia!

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que vale quando você empunha a política do trabalho, a política da construção - estivemos na Cidade de Altamira do Paraná, com o Deputado Federal Ricardo Barros, e recebemos um título de Cidadão Honorário daquele Município, aprovado por unanimidade...

(Término do tempo)

(O Sr. Presidente André Vargas concede ao orador mais um minuto, para concluir)

... registrar que também teve a presença da dinâmica e competente Deputada, que representa as mulheres aqui na Assembléia, a Cida Borghetti. Estivemos em Altamira recebendo as mais altas honrarias. É o reconhecimento pelos trabalhos prestados no Legislativo.

Não tem dinheiro no mundo que pague o carinho, o apoio, a sensibilidade, a atenção que o povo de Altamira tem com este Deputado e com esta Casa!

Muito obrigado!

O SR. VANDERLEI IENSEN (Pela Ordem)

Gostaria de confraternizar e parabenizar o nosso grande amigo Abib Miguel, o Bibinho, Diretor Geral desta Casa, que está aniversariando hoje. Tenho certeza que os demais companheiros desta Casa também estão unidos comigo nesses votos de congratulações, de parabéns, desejando ao Bibinho muita saúde.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Também a Mesa encarece as congratulações do Deputado Vanderlei Iensen.

Agora, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados.

Só para lembrar aquilo que falamos ontem, com relação à COPEL.

Quando alertamos a sociedade do Paraná no ano passado, que a COPEL estava propensa a dar um aumento de 25% da energia elétrica, fomos contestados naquele momento. E hoje a sociedade do Paraná, infelizmente, paga 25% a mais de energia.

Ontem levantamos também a questão de uma notícia que está correndo de que a ANEEL já havia autorizado um aumento de quase 10% da energia elétrica. Ora, em quatorze meses de Governo Roberto Requião a energia elétrica aumenta 25% no Estado do Paraná, e agora se fala em um aumento de aproximadamente mais 10%!

Nós alertávamos também quando falavam: “A COPEL é nossa”. A Folha de Londrina de hoje, diz o seguinte: “Inoperância. A COPEL está perdendo os seus melhores e grandes clientes, a Klabin, a IMPACEL, a Bosch e a Pisa para outros Estados como Santa Catarina, principalmente porque conseguem a energia mais barata”. Aí vem a questão: O que está acontecendo? Tem uma velha frase que diz o seguinte: “Só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: o tempo. O tempo é a razão e o dono de si mesmo”.

Muito bem, não quero falar da COPEL. Quero falar da SANEPAR, porque o Governo está fazendo uma publicidade na TV e deve estar gastando milhões, dizendo que o Estado está fornecendo água para o cidadão do Paraná ao preço de R\$1,25 por 2500m³!

Em primeiro lugar, é uma propaganda enganosa. A taxa mínima da SANEPAR é 10m³, ou 10 mil litros de água. Dez metros cúbicos na taxa da tarifa social, e como diz a propaganda que paga apenas 1 real e 25 centavos para 2.500 litros de água.

Ora, se esse cidadão gastar 5000 litros de água, vai gastar 5 reais, e não 2 reais e 50 centavos. Logo é uma propaganda enganosa, mentirosa. E esqueceu ele também

de falar que quando existe o esgoto beneficiando aquele morador, ele paga mais 50%. Ele não vai pagar R\$7,50.

Quero fazer um comparativo entre o que é a SANEPAR e o que é uma água de serviço autônomo, da minha Cidade, Marechal Cândido Rondon. Em Marechal Cândido Rondon não tem SANEPAR. Lá existe o SAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Sabe quanto é a taxa mínima, Deputado Valdir Rossoni, independente, se é tarifa social ou não? É dez reais por dez mil litros de água, não mais! A SANEPAR, tarifa normal, é R\$15,17! A SANEPAR é do Governo e não visa lucro! Por que, Deputado Fernando Ribas Carli, se na minha Cidade Marechal Cândido Rondon, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que é do Município, consegue fornecer água por dez reais e dez metros cúbicos!

No Paraná, quando fazem a propaganda que é do Estado, que voltou ao Estado, que não visa lucro e tem que cobrar quinze reais, só a água, 50% a mais do que no serviço quando é municipal, o que existe nisso? Vamos falar a verdade à população do Paraná! E vou mais além: a tarifa normal da SANEPAR é quinze reais, enquanto que em Marechal Cândido Rondon custa dez reais! A tarifa comercial da SANEPAR, para taxa mínima, o consumidor, paga R\$ 27,30; lá em Marechal Cândido Rondon, o serviço é municipal e administrado pelo PFL, paga-se R\$16,80!

Pergunto: se a SANEPAR não é para dar lucro, por que essa diferença? O SAE, em Marechal Cândido Rondon, dá lucro, sim! Fazem-se investimentos na Cidade e leva-se água para o interior, e não fizemos a propaganda que o SAE é para dar lucro! O Governo do Estado deve essa explicação, sim, para o Paraná, porque cobra 50% a mais e dizem que não dá lucro! Essas explicações têm que ser transmitidas à sociedade do Paraná, principalmente naquela propaganda enganosa, mentirosa, porque a taxa mínima é dez metros cúbicos e não é um metro cúbico independente de quanto a pessoa gasta, ele paga, cinco reais. E vou mais além: o que é tarifa mínima? O que é tarifa social?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos voltar sobre esse assunto, para que a sociedade do Paraná fique sabendo da verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Obrigado, Deputado Elio Lino Rusch.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Refiro-me e reporto-me, inicialmente, no meu pronunciamento, se possível - naturalmente, não tenho este direito, mas pela nossa amizade e pelo dever que nós temos como Parlamentar, eu gostaria de ter a atenção dos Deputados Nereu Moura e Natálio Stica.

Quando ouço V. Exa. fazendo pronunciamentos, até parece que nada este Governo tem a dar explicações. Eu quero colocar aqui uma questão, Deputado Nereu Moura, e talvez V. Exa., como partidário do Governador,

diferente do Deputado Natálio Stica, que é Líder, venho aqui desde o mês de outubro pedindo explicações e não tenho recebido. E não é nem pelas agências de publicidade. A única explicação, Deputado Stica, é que não tenho conseguido me fazer ouvir. Primeiro: por que é que o Governo do Estado do Paraná - e eu vou me tornar chato, até que V. Exa. dê-me explicações - por que é que algumas rádios, uma centena de rádios, receberam três, oito, dez, doze mil reais e duas rádios, apenas, receberam uma 110 reais e a outra 120 reais?

Eu só queria explicação. Pelo que consta, essas duas rádios que receberam este vultoso recurso, têm menos audiência que a CBN, que recebeu dez vezes menos! Eu tenho falado, aqui, quase que semanalmente, e não consigo ter a resposta. Então, acredito que o ilustre Líder do Governo, Natálio Stica, tenha me ouvido agora - estou vendo que está me olhando fixamente, tenho certeza de que agora receberei a resposta.

Anime-me, Deputado Natálio Stica, porque vi aqui na Tribuna do Paraná uma nota que me fez voltar a este assunto: (Lê) “O Secretário da Comunicação Social, Aírton Picetti, começou a colocar em prática sua estratégia para melhorar o debate da Liderança do Governo. Desde ontem - quer dizer, agora não tem mais justificativa - um profissional da comunicação está acompanhando as Sessões para, se necessário for, municiar o Líder Natálio Stica”.

Então, Deputado Natálio Stica, depois que li esta nota da Tribuna, tenho certeza que obterei as explicações desta questão que desde o mês de outubro venho aqui fazendo a cobrança, mas...! Sei que às vezes, envolvido pelo excesso de trabalho que a Liderança lhe traz, V. Exa. tem dificuldades. Mas, - se V. Exa. tem, ficarei feliz, porque, como Parlamentar, devo fiscalizar as ações - o Deputado Natálio Stica acenou com papéis brancos, pelo jeito vou ter as respostas! Fico feliz, e acho até que V. Exa. até tem que agradecer minha paciência, porque esperei quatro meses! E em quatro meses, deve ter encontrado uma bela justificativa...

Mas, volto aqui a uma matéria da Folha de São Paulo. Ontem, nós não lembramos o nome dos Ministros do Governo Lula. Eu vou lembrar o nome de alguns, que são os “gastões” do Governo Lula. Agora, virou moda os Ministros irem ver a família ao final de semana, com o nosso dinheiro, com o dinheiro do povo brasileiro.

Por exemplo, o Ministro das Cidades - Olívio Dutra, fez quinze viagens para Porto Alegre e gastou 184 mil reais para ver os seus companheiros e churrasquear no Rio Grande do Sul.

O Ministro Tomás Bastos, da Justiça fez 24 viagens para São Paulo, gastando 153 mil reais. A Ministra Dilma Russeti também foi ao Rio Grande do Sul e não aproveitou carona com o Ministro - Olívio Dutra, e gastou 112 mil reais para visitar a sua família em finais de semana. O Ministro José Dirceu - diga-se de passagem, temos que dar mão à palmatória - foi o mais correto de

todos os Ministros, fez apenas onze viagens para São Paulo. Acho que ele estava com dificuldades de viajar para lá porque o Valdomiro apareceu na sua vida, e aí, andar por São Paulo estava difícil, agora parece que já está podendo andar de metrô...

O Ministro do Turismo, Valfrido, gastou 90 mil reais. O Ministro Humberto Costa, gastou 87 mil reais. E o Ministro Mantega, em 46 viagens gastou 77 mil reais.

Eu trago esses números para que, em conjunto possamos analisar o que falamos ontem, do salário-mínimo. Porque quem apresenta o salário-mínimo com lágrimas nos olhos, teria que usar a caneta para mandar esses Ministros viajarem de avião de carreira! Imagina! Isso aqui são oito Ministros! Na verdade, é aquela velha história “quem nunca comeu melado, quando come se lambuza”, e é isto que está acontecendo com os Ministros do Governo Lula.

E o Ministro Gilberto Gil, também levou um companheiro para visitar a Bahia, e também gastou aqui, 17 mil reais.

Então, trago esses números para quem ouvia aqui, na verdade, todos os dias, as cobranças em cima do Governo anterior. É claro que é preciso investigar o Governo anterior, o Governo Estadual, o Governo Federal, mas não podemos deixar que o que hoje está estabelecido no Poder, cometa esta prática. Não há seriedade nisso! Não há como justificar isto! Por mais que venha a justificativa da questão do salário-mínimo, porque aumentou o salário-mínimo, essas questões! Eu quero dizer aos senhores, que na verdade eu gostaria que esses gastos fossem um pedido do PT do Paraná ao Governo Federal, para que não acontecesse isso, porque este Governo já está caindo no descrédito, e se perdurar isso certamente vai afundar cada vez mais. Não é para menos, Deputado Natálio Stica.

O Sr. Natálio Stica

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu não tenho mais tempo, já estou encerrando, mas V. Exa. terá o horário da Liderança do seu Partido.

O Sr. Natálio Stica

V. Exa. continua maldoso...

O SR. VALDIR ROSSONI

Não. V. Exa. vai me permitir alguns segundos porque o ilustre Líder novamente comete uma impropriedade. Ontem ele disse que a família brasileira tem muitos filhos porque não tem televisão. Uma barbaridade! Agora, diz que eu sou maldoso.

Quer dizer, eu estou aqui apenas fazendo críticas em cima de um jornal sério, em cima do jornal Folha de São Paulo e em cima da Tribuna do Paraná, não sou eu que estou dizendo; estou apenas esclarecendo. Então, não

tem nenhuma maldade, estou dando minha contribuição como brasileiro.

Agradeço o tempo que V. Exa. me permitiu, Sr. Presidente, tenho certeza que V. Exa. está sabendo conduzir esta Casa com maestria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Obrigado aos elogios do Deputado Valdir Rossoni, mas vamos em frente.

Deputado Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez o Brasil está vivendo uma turbulência econômica, em função do que acontece lá fora, mais precisamente nos Estados Unidos, quando o Banco Central americano está para decidir, no dia de hoje, se os juros que lá hoje estão na faixa de 1% ao ano serão aumentados, e em quanto serão aumentados. E quando acontece isso lá, aqui no Brasil despenca a Bolsa, sobe o dólar, o risco Brasil sobe e com isso o País passa a pagar um juro cada vez maior. A cada cem pontos de aumento no risco Brasil, o nosso País paga a mais 1% além da taxa normal que é cobrada em todo o mundo.

A grande verdade é que eu tenho defendido junto à União de Parlamentares do MERCOSUL, uma nova ordem econômica, política e social para o mundo, porque acreditamos que, se não houver uma mudança em nível mundial, as coisas não vão se resolver, mesmo porque nós não temos uma poupança que seja capaz de enfrentar essas turbulências, que ocorrem agora.

Para que tenhamos uma idéia, a relação da dívida/Produto Interno Bruto do Brasil é 57%, ou seja, 57% de tudo aquilo que nós produzimos é o que representa a nossa dívida; o México, é de apenas 22; o Chile, de 13%, apenas. Se nós fizermos uma relação entre a nossa dívida externa e as nossas exportações, nós vamos ver que a nossa distância do mundo desenvolvido, do mundo com moeda forte, com país de estabilidade e com tranquilidade social, está muito distante. O Brasil precisa de três anos de todas as suas exportações para poder pagar apenas a sua dívida externa, fora a dívida interna, que é muito maior. O Chile, precisa menos de dois anos, e o México, com as exportações de menos de um ano, paga a sua dívida externa, dando mostras de que o nosso País continua sensível às oscilações e aos humores do mercado internacional.

As reservas internacionais são de 50 bilhões de dólares e cobrem apenas um ano das nossas importações. Se tirarmos a ajuda do FMI, ficaremos com um valor muito pequeno. Um valor equivalente às reservas do Chile. O Chile equivale a 15% do nosso Produto Interno Bruto. O Chile tem uma economia menor que o Estado de São Paulo.

É uma tese que defendo há muito tempo, desde quando estava em Brasília, como Deputado Federal e

fazia essas colocações, essas críticas, ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não só através da tribuna da Câmara Federal, como também através dos artigos que distribuíamos para a imprensa nacional.

O que acontece hoje? Sabemos das dificuldades que enfrenta o Governo Lula; adota uma política, se não igual, muito parecida com a do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com uma contenção das despesas. Um superávit primário que atingiu 5,25% do nosso Produto Interno Bruto. E isso sobrou, porque tinha que ficar um superávit de 4,25. Sobrou mais de 6 bilhões de reais no caixa que o Governo Federal poderia ter gasto.

Se eu viesse diariamente a esta tribuna falar da política econômica do Governo Federal, das atitudes que toma o Governo do PT, quando dá um aumento ínfimo ao salário-mínimo. E para contrabalançar, dá um aumento ao salário-família. Os aposentados não recebem salário-família!

Escutava ontem o Ministro José Dirceu dizer que estão estudando uma maneira de desvincular o salário-mínimo da Previdência. Com isso, serão desvinculados os aumentos que serão repassados às aposentadorias.

Se tivéssemos fazendo esse discurso, talvez tivéssemos razão, mas não fizemos. Em nenhum momento fizemos pronunciamentos falando a respeito da política econômica, dos equívocos do Governo Federal.

Mas o que me surpreende é o “amado mestre”, como é conhecido o Governador Roberto Requião nas “aulinhas” de terça-feira. Este, sim, a denegrir, a falar mal da política do Governo Lula. Tentar dificultar a vinda do Presidente Lula. Na reunião dos Governadores, lá em Brasília, foi um dos que tentou tumultuar aquela reunião, tentando prejudicar o Presidente Lula em todas as suas ações!

Eu seria o único homem que jamais poderia falar mal do Presidente Lula! Ele só é Governador graças ao Presidente Lula, que lhe estendeu a mão e que o levou, porque ele estava derrotado no 1º turno. Lembrem os senhores, a atitude que teve o Presidente Lula quando seu partido, o PT, estava coligado com o PDT. O Presidente Lula não apoiou o Álvaro Dias. Apoiou maciçamente no programa eleitoral, o Sr. Roberto Requião, e este só se elegeu porque teve o apoio do Presidente Lula. Foi beneficiado pelo vendaval eleitoral que fez com que o Presidente Lula chegasse ao Palácio do Planalto com mais de sessenta milhões de votos e, hoje, é o primeiro a atacar o Presidente, a trazer aqui, um grande sociólogo, um pensador, professor Francisco de Oliveira, para fazer reuniões lá na “Escolinha do Professor Raimundo”, chamar os seus secretários, chamar os seus áulicos, chamar formadores de opinião para que o professor, o sociólogo Francisco possa transmitir aquilo que ele imagina, aquilo que ele pensa, tudo contra o Presidente Lula.

Quero dizer aos senhores: não que eu não concorde com o que diz o sociólogo Francisco de Oliveira. Até concordo, mas aquele não é o fórum adequado. O Palácio Iguaçu, as dependências do Governo do Estado não são

os locais apropriados para trazer mestres, sociólogos, doutores, para falar mal do Presidente da República que elegeu o atual Governador.

Sr. Presidente, queria dizer que, na verdade, é o instinto - Deputados Rossoni, Traiano, Plauto, Zucchi - é o instinto do escorpião! É aquela história do escorpião que precisava atravessar o rio senão iria morrer afogado. Então, pediu ajuda à tartaruga: "por favor, me atravesse, me ajude, senão eu vou morrer!" E a tartaruga disse: "não, porque chegando do outro lado, você vai me dar uma ferroada e eu vou morrer!" "Não, não, você vai me salvar! Me atravesse, que eu não vou te matar!" A tartaruga, na boa-fé, atravessou com o escorpião nas costas e ao chegar lá o escorpião deu uma picada na tartaruga e a tartaruga falou: "mas, escorpião, você me prometeu que não ia me picar!" E o escorpião disse: "infelizmente, é o meu instinto!" E o instinto do Governador é o da traição: traiu Richa; traiu Álvaro Dias; traiu o atual Secretário Waldyr Pugliesi...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. deu um minuto e já passou um minuto e está falando mal do Governador, de repente, passou um minuto aí, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

A Mesa está tomando o mesmo procedimento com todos os inscritos. Foram cinco minutos para a inscrição livre dos Deputados, mais cinco minutos para o PP, e esse minuto final, para o qual cedo apenas dez segundos ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Que quando foi candidato a Senador ficou à margem da estrada, e agora, traiu o Lula, traiu os candidatos a Deputado Federal em 94, quando no último programa de televisão foi à TV e pediu voto apenas para o seu irmão Maurício Requião, e para não ficar tão chato para o falecido, meu amigo, ex-deputado, Pastor Elias Abraão.

Por isso, quero dizer aos senhores: cuidado, Deputado Ângelo Vanhoni, cuidado que o escorpião está à solta! Cuidado com o que vai acontecer durante esta campanha! Este homem é acostumado a deixar aqueles que o ajudam, no meio da estrada!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Com a palavra a Deputada Elza Correia, por cinco minutos.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Uso a tribuna, primeiramente, para agradecer aos Deputados que estiveram na nossa posse, ontem, dizendo que foi um momento muito importante para o movimento de mulheres no Paraná.

Quero dizer, também, que tenho ouvido sistematicamente, quase que em todas as Sessões, uma tentativa de desqualificar, enxovalhar e destruir a pessoa do Governador Roberto Requião, chamando-o de mentiroso, traidor, incompetente e outros adjetivos mais. Mas, reconforta saber que não é essa a opinião do povo do Paraná. E, entre a opinião do povo do Paraná e a opinião da Oposição, que tenho respeito, mas que tudo tem limite. Eu fico com a opinião do povo do Paraná.

O Sr. Dobrandino da Silva

Permite-me um aparte, nobre Deputada?

(Assentimento)

Agradeço, eu pedi um aparte ao Deputado Ribas Carli, não concedeu. Mas, respondendo que o Governo Requião só se elegeu com apoio do Presidente Lula, foi um apoio brilhante. O candidato a governador, Álvaro Dias, também quis pegar uma carona com o Presidente Lula e não adiantou nada! Ele também traiu o candidato a Presidente do seu Partido...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não seria permitido o aparte. Deputada.

A SRA. ELZA CORREIA

Queria dizer então, que a Oposição é saudável no exercício da democracia, mas toda denúncia tem o ônus da prova. Isso também é uma coisa para não perdermos de vista, quando fazemos denúncias aqui neste Parlamento.

Evidentemente, que, com todo o respeito à imprensa - que representa o quarto poder no Brasil, e que tem prestado um serviço fundamental à democracia na questão do controle social, - há imprensa e imprensa.

Penso que muitos Deputados que aqui estão já foram alvos de matérias e manchetes na imprensa, vez ou outra, que suaram a camisa para desmentir determinadas manchetes.

É muito fácil jogar as pessoas no limbo! No lixo!

O difícil depois é desdizer muitas vezes o que a imprensa diz. Quando convém, então tudo bem! Quando não convém, usamos ao contrário fazendo sempre a ressalva da importância da imprensa.

Aqui essas denúncias muitas vezes vêm baseadas em matérias que foram feitas, mas sem o direito ao contraditório, sem ouvir a palavra de quem foi denunciado. Aí, eu acho perigoso.

Gostaria e dizer e insistir que aqui mesmo, muitos companheiros, muitas vezes, tiveram que desmentir questões que foram colocadas na imprensa indevidamente.

Queria dizer que em Londrina, em episódio conhecido no Paraná e no Brasil, esta Deputada tinha indícios, esta Deputada suspeitava que havia malversação do dinheiro público na Cidade de Londrina, que o Prefeito de Londrina usava mal o dinheiro público, o Sr. Antonio Casemiro Belinati, cassados pela Câmara de vereadores

da Cidade, mas eu não fui ao Ministério Público enquanto não tinha as provas concretas, irrefutáveis, nas minhas mãos.

Eis a diferença! Denunciar é fácil” Quero ver provar!

Quando recebi as provas concretas de que havia licitação fraudulenta, que havia roubalheira na AMA e na COMUERB, aí, sim, levei ao Ministério Público, companheiros!

Então, é preciso cuidado, é preciso prudência quando aqui fazemos denúncias baseados em matéria de jornal, porque eu já vi o contrário aqui, também!

Acho que fica muito fácil, muito simplista, adjuntar, tentar desqualificar, desmoralizar.

Vamos fazer uma Oposição que é saudável, e eu respeito os opositores baseados em fatos concretos, indiscutíveis, baseado em número, em provas, porque senão isso aqui, a nossa querida Assembléia Legislativa, passa a virar na verdade, uma casa aonde se joga o que quiser.

O galo cantou, não se sabe aonde, e já vira tentativa de desqualificação do nosso Governador Roberto Requião!

Queria dizer que também essa outra questão de vir aqui tentar desqualificar os Ministros do Governo Lula, acho que compete aos Parlamentares, Secretários de Governo, Ministros de Governos não serem Ministros ou Secretários de Gabinete. Um Ministro que se preza tem que viajar pelo País, conhecer a realidade do País, conhecer *in loco* as suas demandas e as suas necessidades para reproduzir, através de suas ações nos Ministérios, o que ele visita, as consultas que faz, etc, como nós aqui, porque também não somos Parlamentares de gabinete e vez ou outra temos que viajar pelos 399 Municípios do Estado do Paraná e conhecer de perto as demandas, para que aqui nesta Casa possamos reproduzi-las em ações e projetos de lei.

Então, faço a defesa, porque parece-me muito simples, profundamente simples vir aqui e tentar desqualificar ministro porque viaja muito! Acho que nós não podemos admitir, Ministro ou Secretário de Gabinete, temos que fazer, sim, Deputado Rossoni, o controle, a verificação, mas não podemos sair dizendo, porque daqui a pouco vai sobrar para esta Casa também, porque muitos de nós viajamos, e estamos cumprindo com o nosso papel, porque na verdade não é só ficar aqui fazendo projetos de lei e participando de Comissões. Fundamentalmente - para exercermos o nosso papel de fiscalizadores - temos que viajar sempre que necessário, desde que comprovemos essas viagens como viagens em exercício da nossa função de Parlamentar.

Coloco isso, Sr. Presidente, para insistir que as denúncias são importantes, que a Oposição é fundamental na construção da democracia, mas, pelo amor de Deus, já está exagerando um pouco a partir do momento em que as tentativas de desqualificação, invariavelmente, vêm sem provas concretas do que aqui é posto.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Conforme requerimento aprovado por este Plenário, usará do Grande Expediente, pelo tempo regimental, o engenheiro Leopoldo Campos, ex-Secretário de Obras Públicas de Curitiba.

Solicitamos a presença do nosso convidado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente.

No tempo em que o engenheiro Leopoldo Campos se aproxima da tribuna, conforme deliberação dos Srs. Parlamentares, em Requerimento feito por este Deputado, quero apresentar rapidamente o engenheiro Leopoldo Campos. Ele projetou mais de três mil quilômetros de asfalto, Secretário de Obras da Prefeitura de Curitiba, e vem a esta Casa para falar sobre o mal falado Projeto do Eixo Metropolitano de Curitiba.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só solicito à Mesa se no requerimento que solicita a presença do engenheiro Leopoldo, diz se ele vem como cidadão ou representa alguma entidade.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Vem como cidadão, ex-Secretário de Obras, e vai fazer comentários e esclarecimentos sobre o eixo Metropolitano, a convite do deputado Neivo Berardin conforme requerimento já aprovado por esta Casa.

O SR. ELIO RUSCH

Só para que fique registrado, porque normalmente a Assembléia, quando convida uma pessoa, esse cidadão representa uma entidade, ainda mais quando se refere às questões estaduais.

É uma questão municipal, mas nós respeitamos. Vamos ouvir o engenheiro Leopoldo, para que, após a explanação, façamos a nossa, porque sabemos a vinda do Sr. Leopoldo e sabemos o que ele está respondendo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não há questão de ordem a resolver.

Passamos a palavra ao nosso convidado, Sr. Leopoldo Campos.

O SR. LEOPOLDO CAMPOS

Exmo. Sr. Presidente, André Vargas, componentes da Mesa, Srs. Deputados Estaduais.

É uma honra estar aqui nesta Sessão Plenária, nesta Casa de Leis, para dar um pouco de contribuição sobre um projeto importante do Município de Curitiba a implantação do Eixo Metropolitano de Transporte.

A falta de uma política de implantação de projeto de transportes, de alta capacidade no Brasil, e nos últimos anos, em Curitiba, determinou o caos no Sistema de Transporte, em função do crescimento urbano e das ocupações desordenadas da Região Metropolitana.

Apesar de ser objeto de propostas de campanhas de candidatos, o metrô é um processo caro para transporte de passageiros, superior a 60 mil passageiros hora/sentido. Os trens metropolitanos têm uma capacidade, também de 60 mil passageiros hora/sentido.

Hoje, existe sistema de metrô em São Paulo, Rio de Janeiro, e metropolitanos de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, com essa capacidade nominal, alguns chegando muito perto do metrô.

Curitiba, com o sistema de transporte implantado na década de 70, hoje apresenta problemas graves em termos de saturação, deslocamentos e outros processos. Excesso de passageiros em grandes linhas. Foi feito, pela Prefeitura de Curitiba, um estudo de viabilidade técnico-econômico, para a implantação de um eixo de transporte, o eixo da antiga BR-376, hoje 476 e municipalizada. Dentro do estudo viabilidade técnica, econômica, esse eixo teve como conotação básica de viabilidade, em termos de passageiros, um percentual, uma capacidade de transporte CIC-Sul-Centro, hoje em torno de quatorze mil passageiros hora-sentido, seria um sistema intermediário, entre os metrôs e os sistemas de transportes alternativos, como veículos leves de transportes, veículos ou pneus, veículos leves, automotivos, etc.

Nessa conotação de transporte, no estudo de viabilidade técnica, o estudo que foi solicitado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, denominado eixo de transporte, não foi contemplado no estudo contratado pela Prefeitura. Inclusive, opção em superfície e nível, foi vetado e considerado inadequado em função das inúmeras transposições de vias, 21 no total são semaforizadas. Considerando o solo cortante nessa região, tornando-se um projeto caro de alto custo, sem viabilidade técnica e econômica.

A Prefeitura abandonou esse estudo contratado pela própria prefeitura, e licitou o eixo metropolitano de transportes. Hoje, com a demanda de quatorze mil passageiros hora/sentido, transformando um processo de crescimento em torno da BR, com setores de indução econômica e de aumento de potencial, hoje com setenta mil habitantes, na região do eixo metropolitano, futuramente daqui a 25 anos, com trezentos mil passageiros.

Um sistema de alta capacidade é um processo em nível inaquedado, hoje com diversas transposições e projetos semaforizados não compatível com o sistema de alta capacidade de transporte. O sistema que tem um parque embutido nas vias marginais e nos de tráfego inadequado ao sistema de transporte de alta capacidade, e eixo metropolitano de transporte, em função do número de pessoas que vão circular, de veículos, e com, inclusive, aparelhos de recreação no meio dessas vias, colocando em risco toda a população que vai circular nesse eixo, agora as cinco vias que vão ser transportos. Hoje é uma via que tem em torno de 1600 acidentes/ano, com seiscentos feridos e cinquenta mortes. O projeto contemplará ou triplicará essa matriz.

Vamos ao projeto do eixo, uma abordagem técnica de todo o processo. O projeto de eixo metropolitano de Curitiba. Esta é a área de influência do projeto do eixo, saindo de CIC Sul, no Sul, até o Atuba. O projeto inicial previa a Fazenda Rio Grande e a Estação Maracanã, em Colombo - foi cortado.

Esta influência do eixo metropolitana que abrangerá, da região integrada, pelo menos 11 municípios. O projeto da viabilidade técnico-econômica comportava o trecho CIC Sul da Autolândia, na Marechal Floriano, embicando até o Centro, na estação da antiga Rede Ferroviária Federal, e Norte, do mesmo sentido, na área do Cristo Rei, também na antiga estação, é aonde há o transporte de passageiros e onde há a necessidade de transportar via bairros-centro, Norte-Centro. O sistema de transporte previsto, está previsto somente Sul-Norte, trazendo o problema de integração com todo o sistema de transporte hoje defasado.

(Inicia apresentação de transparências)

(Lê):

“1 - Considerações Iniciais

- A integração metropolitana de Curitiba exige uma urgente solução para os problemas de tráfego e de transporte de passageiros e cargas;

- O processo de ocupação da RMC se deu de forma desordenada, criando situações de conurbação e de alta dependência em relação à cidade-pólo (11 municípios, ao menos);

- A transformação do trecho da antiga BR-116 em via urbana é necessária e constitui uma importante alternativa para estruturar um eixo no sentido Norte-Sul;

- Este novo eixo deverá atender a usuários diferenciados, a saber:

- Tráfego Local (pequenas distâncias)

- Tráfego Metropolitana (Médias distâncias)

- Pedestres e Ciclistas

- Transporte Coletivo de Grande Capacidade

- Atualmente a RIT contempla, aproximadamente:

- 300 linhas de transporte,

- 3000 veículos de capacidade variadas,

- uma demanda de mais de 2,3 milhões de passageiros/dia;

- A qualidade de vida e a sustentabilidade do ambiente exigem, atualmente, que a realização de obras de infra-estrutura contemple a solução dos aspectos ambientais como um todo.

2 - A Situação Atual da Via

- Composta, basicamente, por pista dupla, separada por um canteiro central de largura variável (1,0m a 10,0m);

- Em alguns trechos foram implantadas vias laterais na faixa de domínio, porém sem um planejamento de traçado que permita uma ampliação futura;

- São comuns os engarrafamentos em diversos horários e em muitos pontos, devido à falta de capacidade da via e ao número excessivo de semáforos;

- Algumas intervenções foram recentemente implementadas pela PMC (iluminação, trevo da Av. Salgado Filho,...) mas, por não ter havido um planejamento adequado, serão perdidas com a nova implantação.

3 - O Projeto Proposto

- Está prevista a modificação dos parâmetros de ocupação nas áreas lindeiras, possibilitando um grande adensamento (prédios residenciais de até 12 pavimentos) que serão indutores de tráfego e da demanda de transporte coletivo;

- A solução proposta contempla diversas vias em nível sendo:

- * uma calha central de uso exclusivo para ônibus;
- * pistas laterais para veículos particulares;
- * terminais de passageiros;
- * ciclovias em ambas as laterais;
- * passeios para pedestres;
- * arborização e paisagismo;
- * sinalização e iluminação;
- * dispositivos de drenagens;
- * algumas passarelas para pedestres;
- * poucas trincheiras e viadutos.

4 - Estudos e Procedimento Realizados

- Contrato 12/99: estudos de viabilidade Econômica, onde conclui-se:

“não recomenda a adoção de galerias subterrâneas ou em superfície, em face dos elevados custos de execução (solos com capacidade-portante)”.

A Prefeitura desconsiderou tais recomendações e realizou um projeto de nível (não elevado)!

- Não foi realizado Estudo de Impacto de Vizinhança nem discutida a proposta com o legislativo e com a comunidade;

- Não foi apresentada nenhuma manifestação formal do IAP e da SANEPAR quanto à compatibilidade da proposta com os planos de expansão da infra-estrutura de saneamento.

6 - Conclusões e Sugestões

- o projeto exige uma maior análise, discussão e adaptações;

- a solução de transporte coletivo proposta não possui viabilidade técnica nem econômica;

- os 21 cruzamentos com outras vias em nível exige o controle semaforico do fluxo, não compatível com um eixo da alta performance;

- o projeto não prevê alternativa para a segurança dos pedestres nas transposições;

- a implantação da obra ao longo de 05 anos causará grandes transtornos na operação da via, devendo-se prever uma solução mais rápida;

- a Assembléia Legislativa poderia, junto com o Tribunal de Contas, designar uma comissão técnica para o acompanhamento dos projetos, das obras e dos procedimentos licitatórios, uma vez que estes comprometem o orçamento municipal por muitos anos, e ainda considerando as diversas irregularidades apontadas;

- o IAP deveria, obrigatoriamente, manifestar-se e analisar o licenciamento ambiental face ao interesse metropolitano e aos riscos ambientais decorrentes;

- a equação benefício/custo, comum na avaliação de grandes projetos, deveria estar presente nos estudos das diversas alternativas de implantação do eixo para a escolha do melhor projeto;

- o estudo do sistema de transporte de Curitiba deveria contemplar ações em outras vias de integração, tais como: aumento de capacidade, estudo de segurança de tráfego, sinalização e estacionamento, fundamental ao sucesso do empreendimento;

- a implantação dos estacionamentos na faixa de domínio (do lado oposto aos dos estabelecimentos comerciais), prejudica a “Alta Performance” no que diz respeito à capacidade de escoamento do tráfego e a segurança dos usuários, o que concretamente poderá ser analisado através do Estudo de Capacidade.

Questiona-se o projeto quanto aos aspectos funcionais e operacionais se este realmente trará algum benefício relativo à fluência do tráfego e a segurança.

- A implantação de Parques na Faixa de Domínio existente não condiz com “Eixo de Transporte” (emissão de CO2, circulação de pedestres, implantação de equipamentos de recreação, esportes e lazer); com implantação prevista nos canteiros entre as vias expressas e marginais.

- Há necessidade de se apresentar um projeto que realmente represente uma evolução do atual Sistema de Transporte de Curitiba com tendências de saturação a curto prazo, com adoção de uma nova tecnologia de transporte capaz de permitir o atendimento das demandas crescentes do transporte coletivo, com melhoria da qualidade de serviço, considerando ainda o incremento da demanda do transporte metropolitano.

- Por fim, o projeto proposto não tem viabilidade técnico-econômica, não está concluído, tem problemas técnicos, operacionais, de segurança, de concepção, de desapropriação, de custos, ambientais, de tráfego e de integração com os sistemas existentes, constituindo uma aberração da engenharia, uma ilegalidade e irresponsabilidade pública”.

O Sr. Rafael Greca

Eu quero chamar a atenção da Assembléia para este valor, deste quilômetro de asfalto que está sendo previsto para o eixo metropolitano de Curitiba. É um escândalo! É um escândalo! É um escândalo!! A imprensa preste atenção: é um escândalo!!!

Repita, por favor, engenheiro!

O SR. LEOPOLDO CAMPOS

São oito milhões o quilômetro!

Só para se ter uma idéia, é o dobro do custo da FERROESTE!

O Sr. Rafael Greca

Pode descer Boeing na BR agora, Boeing! É pista de aeroporto para avião à jato de alta capacidade!

Será um adiantamento de legítima que se faz num desquite litigioso. O Governo Federal e a Prefeitura vão adiantar a legítima, como se fosse um desquite litigioso do Governo Federal e o Cássio Taniguchi!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Rafael Greca, queria a compreensão de V. Exa. para que o nosso convidado conclua. Depois, de ouvir um questionamento...

Nós temos uma pauta bastante vasta e precisaríamos dar conta dela.

O SR. ENGENHEIRO LEOPOLDO CAMPOS

(Termina apresentação de transparências)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Passamos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Me chamou atenção a questão que o Deputado Rafael Greca levantou, porque levantou uma questão a qual ele conhece. Ele também é engenheiro, de uma família que age no setor. Oito milhões, se for, realmente é um roubo! Mas, nesses oito milhões estão incluídas as desapropriações? Estão incluídas as vias laterais, ou não?

O SR. LEOPOLDO SANTOS

As desapropriações não estão incluídas.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

O senhor afirma que não estão incluídas, o senhor assume por aquilo que o senhor fala, não estão incluídas.

Pergunto-lhe: o senhor afirma que não estão incluídas as canaletas, incluído o calçamento, incluída a arborização, não estão incluídas as pistas laterais? O senhor afirma isso?

O SR. LEOPOLDO CAMPOS

Afirmo que não tem projeto de desapropriação.

O SR. ELIO RUSCH

O senhor está falando inverdades, o senhor não conhece o projeto!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

A Mesa faz aqui um apelo, é um debate importante que não acabará hoje, certamente a Câmara de Vereadores de Curitiba também se dedica a esse tema, a Assembléia é bastante sensível aos temas intermunicipais, mas conforme o combinado, quatro Deputados farão questionamentos, após o que o nosso convidado respond-

erá; ao final o Deputado Neivo Beraldin, por dois minutos fará as considerações finais.

A Mesa honrará esse entendimento feito aqui perante todos os Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, sou Líder de um Partido, não participei dessa reunião e eu não concordo com essa posição, porque não é possível que apenas quatro Deputados vão falar aqui. Eu, como Líder de um Partido, tenho que ser consultado, não quero naturalmente criar uma polêmica com V. Exa., tenho um grande respeito, mas...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Fiz uma emulação ao Plenário e consultei-o se estava satisfeito. Não houve nenhuma voz discordante, Deputado Rossoni, com todo respeito que V. Exa. merece, para o bom andamento dos trabalhos, porque nós temos a pauta, temos que dar conta dela.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. foi feliz. Estamos recebendo aqui um convidado, e esta Casa tem como praxe, receber todos os convidados com educação e com respeito, e a recíproca é verdadeira. Por isso, acho extremamente oportuno V. Exa. colocar, para que haja o respeito, a educação no tratamento aqui dentro desta Casa; ou então evitaremos de receber convidados, se for para faltar-lhes com respeito, e se a pessoa faltar com o respeito com um Parlamentar aqui, desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Quero dizer que eu não vou aceitar aqui ser chamado atenção por Parlamentares, porque eu não faltei com o respeito com ninguém, apenas coloquei uma questão de ordem, porque, se for falar de questão de respeito, não é o Deputado Nereu Moura que vai falar.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Deputado Valdir Rossoni, eu não falei para o senhor vestir a carapuça, falei de forma geral; não falei o seu nome.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Quem generaliza, erra. V. Exa. generalizou.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu não citei o seu nome, eu falei de forma geral; se lhe serviu a carapuça o problema é seu!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu levantei uma questão para o engenheiro que ocupa a tribuna, eu, como cidadão curitibano, como eleitor desta cidade, como morador desta cidade, a minha opinião pessoal a respeito desse projeto aí, é de que há um interesse muito grande em fazer esse projeto descer garganta abaixo, quando eu

entendo que nós teremos eleições este ano, e por que não deixar esse projeto para ser executado a partir do ano que vem, pelo novo Prefeito da cidade? Agora, me preocupou muito quando o engenheiro veio aqui e afirmou que o preço do quilômetro do asfalto é de oito milhões e seiscentos, ou novecentos mil, e o Deputado Rafael Greca questionou. Ele é da área, conhece, é engenheiro, é de família que trabalha nesse setor; eu sou leigo, eu estou indo pelo Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Eu pediria ao sistema de som que suspendesse o som do Plenário, para que resolvêssemos qual é o procedimento adequado.

O Regimento diz que por trinta minutos o nosso convidado se pronunciaria. Esta Mesa, usando de liberalidade, concedeu mais algumas inscrições e isso não está sendo respeitado.

Solicito ao Deputado Neivo Beraldin que agradeça a presença do nosso convidado. Temos os Horários das Lideranças e daremos curso à nossa Sessão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Mas que o asfalto está caro, está! Quero saber se as laterais estão dentro desse preço ou não? É a minha cidade! É onde vivo! Estou aqui nesta Casa para representar Curitiba! Não posso abrir mão, sob pena de amanhã ser cobrado pelo povo de Curitiba! Não só eu, como os demais Deputados desta Casa.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

O engenheiro falou que o projeto custou quatorze milhões, mais 14% do projeto a ser implantado, mais do que o normal, porque o normal é de 3%. Isso é dinheiro que já foi gasto, já saiu dos cofres públicos de Curitiba. E é um projeto inviável, pelo que o ex-Secretário de Obras coloca aqui. Temos o dever de investigar enquanto Assembleia Legislativa. Temos que investigar, porque são projetos caríssimos, pagos com o dinheiro do povo de Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Temos um convidado na Casa; temos questionamentos importantes. A Assembleia Legislativa fica em Curitiba; é natural que os temas de Curitiba tomem uma proporção maior.

Então, pediria ao Deputado Neivo Beraldin que faça as considerações finais e agradeça a presença do convidado.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é evidente que V. Exa. quer contornar uma situação, que é incontornável, porque se trata do maior escândalo de obras públicas do País!

Que o Deputado Rafael Greca possa falar, como ex-Prefeito de Curitiba.

E, na esteira da nossa questão de ordem, é sugerir uma comissão especial de investigação nesse eixo metropolitano.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Um quilômetro de asfalto deve custar, pelo menos no meu tempo de Prefeito custava, dependendo do solo e do local, entre 300 mil reais e um milhão de reais.

A BR não prevê desapropriações, porque o seu leito já está desapropriado. A não ser um pequeno trecho no Xaxim, onde há uma pequena invasão numa das suas marginais. E terá que exercer o estatuto das cidades e retirar uma população. Mas é uma população humilde e não exigirá milhões para ser retirada dali.

O que estamos vendo, mesmo que haja um parque com árvores parlemitanas, palmeiras imperiais sicilianas trazidas do Norte da África, não vamos conseguir chegar a um preço de 9 milhões de reais o quilômetro.

É uma vergonha! É uma vergonha! Fico profundamente agastado, envergonhado, que se coloque o selo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano nesse projeto! E felicito o engenheiro pelo civismo de vir aqui dizer à Assembleia Legislativa isso que já se sussurrava nos meios técnicos de todo País.

A cidadania curitiba tem que discutir esse preço, porque é um acordo do Governo Federal com a Prefeitura de Curitiba e que espanta a consciência técnica da cidade.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Considerações finais. Eu pediria a compreensão, não sei se o Deputado Élio Rusch gostaria de usar a palavra; o Deputado Marcos Isfer já fez a sua questão, para que pudéssemos encaminhar para o decorrer da Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, eu gostaria de ter um tempo limitado para falar em nome do PSDB sobre a questão.

Prometo para V. Exa. que falo em trinta segundos. Acredito que o Deputado Élio Rusch vai falar em nome do PFL; eu deveria falar antes, não sei se V. Exa. entende assim.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Rossoni por trinta segundos, conforme....

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Com licença, Deputado Rossoni, estou percebendo aqui a intenção dos nossos companheiros Deputados de fazer perguntas ou questionar ou tecer comentários a respeito daquilo que falou o convidado de hoje para esta Sessão Plenária. É legítimo, Presidente, porque foi aprovado requerimento, está aqui o engenheiro! Então, é legíti-

timo que qualquer Parlamentar possa questioná-lo dentro dos trinta minutos.

Eu faço uma questão de ordem a V. Exa. no seguinte sentido: que agora V. Exa. consulte ao Plenário de quem gostaria de fazer uso da palavra, estabeleça um prazo máximo de dois minutos para quem vai fazer uso daqui, e dois minutos quem vai fazer a colocação de lá, no caso o engenheiro e, posteriormente, se encerre porque senão assim que um Deputado aqui pedir a palavra e tiver direito a trinta segundos, todos terão o mesmo direito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu quero dar uma demonstração de ser sucinto e rápido, colocando a posição do PSDB: está levantada aqui uma questão gravíssima!

O posicionamento do Deputado Rafael Greca colocando que isso é uma vergonha, quero colocar a posição do PSDB muito bem clara: encaminhe-se isto ao Ministério Público, encaminhe-se essa denúncia à Câmara de Vereadores e forme-se uma Comissão nesta Casa para investigar! Esta é a posição do PSDB, muito bem clara! Agora, nós temos que ter o cuidado, porque se cada pessoa aqui trouxer um técnico, nós vamos nos transformar na Câmara de Vereadores de Curitiba!

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Gostaria apenas de fazer uma colocação: respeitamos o ilustre engenheiro que ocupou a tribuna desta Casa, mas existe aqui uma Ordem do Dia, o tempo já foi extrapolado, tivemos oportunidade de debater essas questões e talvez, quem sabe, até uma audiência pública pudesse ser marcada para esgotar esse assunto que é de relevância e de muita importância para o Estado do Paraná e maios notadamente em Curitiba. Agora, temos que respeitar, inclusive, outros presentes a esta Casa e a Ordem do Dia, com assuntos palpitantes, que devem ser questionados e votados na tarde de hoje.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Acho que nós temos um Regimento Interno que deve ser cumprido.

Os Parlamentares todos cumprem rigorosamente, V. Exa. está conduzindo com muita propriedade a Sessão de hoje, a Deputada Elza Correia quando esteve na tribuna, como nós quando estivemos na tribuna, esgotou nosso prazo e tivemos que encerrar.

O orador que está na tribuna, está usando o Grande Expediente, que são trinta minutos! Ora, se um Parlamentar, que tem um mandato delegado pelo povo não pode extrapolar o tempo regimental, como é que nós vamos extrapolar o tempo para um cidadão que vem aqui na Assembléia discutir questões da Prefeitura?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Esta Casa está usando de compreensão e gentileza com o nosso convidado, ele cumpriu o prazo determinado, agora vamos para as considerações finais dos Deputados e depois as considerações finais do nosso convidado, para, aí, sim, partir para a Sessão, ainda no Horário de Lideranças Partidárias.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor Presidente.

Desejo em nome desta Casa agradecer ao engenheiro civil Leopoldo Campos pela brilhante palestra, que suscitou mais um escândalo que está por acontecer no Estado do Paraná.

Quero dizer a Vs. Exas. que há um ano atrás eu venho mandando ao Ministério dos Transportes, esta questão. Mande para todos os Senadores do Brasil, acompanhei o processo de votação no Senado Federal, que autorizou esse empréstimo, e sempre alertei a todos os Senadores que esse seria o maior escândalo da Administração Pública do Estado do Paraná.

E, apenas para encerrar, dizer que também comuniquei ao Governador Requião que esse assunto se tornaria um assunto de escândalo nacional e tenho certeza que o ministro dos Transportes que esteve em Curitiba, nesses dias, e que passou esse trecho para que seja administrado pela Prefeitura de Curitiba, tem consciência de que passou sabendo que está liberando um trecho para que a Prefeitura administre em cima de um projeto superfaturado. Quer dizer, não atende, não resolve o problema do transporte coletivo nem de Curitiba, nem da região metropolitana! Vai endividar o Município e quem vai pagar essa conta é o povo mais pobre da Cidade de Curitiba!

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Dr. Leopoldo, para suas despedidas.

O SR. LEOPOLDO SANTOS

Agradeço a oportunidade de estar nesta brilhante Casa de Leis. Agradeço a todos e estou à inteira disposição sobre qualquer aspecto, elucidar algumas coisas que foram colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

No Horário das Lideranças, PFL, Deputado Elio Rusch.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

O Deputado Elio Rusch acho que já usou o horário do PFL, antes do Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Ele usou apenas o Pequeno Expediente. Ele não extrapolou o tempo, apenas um minuto para a con-

clusão daquele seu tempo. Apenas usaram o Horário das Lideranças, o Ribas Carli, Valdir Rossoni e Barbosa Neto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero fazer aqui um exercício de imaginação. Quem vai tocar essas obras, possivelmente serão a CR Almeida, DM, Malucelli e SESBE...

O SR. VALDIR ROSSINI

Presidente, não há questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Assunto encerrado.

Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade nós vemos um fato curioso hoje aqui na Assembléia Legislativa. No mínimo curioso!

Uma matéria de exclusiva competência da Prefeitura Municipal de Curitiba e não da Assembléia Legislativa!

O projeto é do Prefeito. Esse tema debatido deveria ser debatido na Câmara Municipal. Lá é o fórum legal e legítimo para questionar as obras que estão em execução na Prefeitura Municipal.

Segundo, querer antecipar, dizer que a empresa CR Almeida, ou seja qual for a empresa que vai executar, tudo depende da licitação que está em fase na prefeitura Municipal. E, se não me falha a memória, é uma concorrência internacional.

Ora, como é que nós podemos admitir um ex-Prefeito de Curitiba, ex-Ministro de Estado, atual Deputado Rafael Greca, vem aqui na Assembléia fazer uma acusação séria e gravíssima?

Ora, se essa obra for dada de presente, sem licitação, sem concorrência, aí sim, estamos favorecendo alguém, agora, se houver uma licitação, uma concorrência internacional, ganha quem tiver o melhor preço. Esta é a legislação que manda.

E esse Sr. Leopoldo que esteve aqui na tribuna da Assembléia Legislativa, foi o ex-Secretário da Prefeitura e não sou conhecedor desse projeto, não Sr. Presidente e Srs. Deputados - o conheço pela imprensa e conheço por contato que tenho com uma outra pessoa, mas não posso admitir que um ex-Secretário da Prefeitura Municipal venha fazer acusações e ele vai responder por isso que falou, porque já respondeu a um processo pelas declarações falsas e mentirosas que fez na imprensa no Estado do Paraná. Ele disse, e por isso perguntei para ele se afirmava que os oito milhões seriam só para o asfalto, e ele disse que sim, mais vai responder que os oito milhões seriam só para o asfalto, e ele disse que sim, mas vai responder por isso, porque aqui é a Assembléia Legisla-

tiva, aqui é um Poder e aqui não chega qualquer um para fazer acusações, como disse muito bem a Deputada Elza!

Cansei, mas não me canso de defender pessoas que são injustiçadas! Defendi o Rafael Greca e não me arrependo! Defendi o Reinhold Stephanes e não me arrependo! Defendi o Zé Eduardo Andrade e não me arrependo! Defendi o Alcení Guerra e não me arrependo! Defendo qualquer político, independente de qual Partido pertença, mas sou contra acusações levianas que são feitas. Quando se disse que oito milhões seriam usados para fazer o asfalto, será que nesses oito milhões não está a pavimentação da via envolvendo a construção de uma canaleta exclusiva para transporte coletivo, não está a construção de duas pistas com três faixas para cada pista, não está inclusa talvez a ciclovia, não está incluso de repente o passeio e o jardinamento, não estão inclusas desapropriações? Disse aqui o Leopoldo que não, que era só asfalto.

Vai responder por suas ações, sim! E espero que quem for atingido, que tome as providências na Justiça, como já tomaram contra o Sr. Leopoldo pelas denúncias infundadas que fez em alguns órgãos da imprensa no Estado do Paraná. E gostaria de dizer, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que existe a Assembléia Legislativa, existe o Congresso Nacional, existe o Senado, existe a Câmara dos Deputados e existem as Câmaras Municipais, cada uma com o seu foro.

Se é para fazer politicagem, na semana que vem nós vamos trazer qualquer cidadão do Paraná para fazer acusações contra o Governo do Estado! Mas esta Casa tem que ser respeitada! Se formos trazer alguém aqui, tem que ser alguém que represente uma entidade, uma pessoa séria e não uma pessoa que iniciou um projeto em Curitiba e depois saiu, não sei por que e nem quero saber. Mas, trazer essas pessoas para cá, como disse muito bem o Deputado Neivo Berardin, que o Governador Roberto Requião já estava sabendo, isso aqui cheira, sim, escorpião, como alguém já disse! Um cara que exerce um cargo em comissão em determinado Governo e depois que sai, sem fazer acusações! Por isso existe a Justiça!

Não posso concordar com isso: trazer qualquer cidadão!

Desculpem-me Srs. Deputados, mas é um desabafo que devo fazer! Cada Casa tem a sua competência, sim, e esta questão não se discute aqui, Deputado Rafael Greca, mas se discute na Câmara Municipal. Aqui se discutem as questões do Governo do Estado.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael Greca, o orador que está na tribuna está com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA

É o debate que faz parte do meu mandato!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael, V. Exa. deve pedir um aparte, então!

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, por um minuto, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados!

Tenho certeza que esta Casa, Deputado Neivo Beraldin, deve ser respeitada como Casa e que as pessoas que venham até aqui, devam ser responsabilizadas e têm que responder pelos atos que cometem.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Eu assumo a responsabilidade de ter feito o convite ao engenheiro Leopoldo Campos. Entendo que ele como cidadão e como profissional que é, engenheiro civil, veio à Assembléia Legislativa e colocou na tribuna sua visão sobre o aspecto técnico. Ele não veio aqui, evidentemente, com esse intuito, segundo o Deputado Élio Rusch, para acusar e nem mentir. Ele veio aqui, para, dentro do seu preparo de engenheiro civil, e dentro da sua experiência de Secretário Municipal da Prefeitura de Curitiba, e dentro do espírito que todos nós, brasileiros, devemos ter e sobretudo a partir desta Pátria, combater a corrupção e desvendar tudo aquilo que precisa ser desvendado. Então não há exagero nenhum. ao contrário, prestou serviço a esta Casa, e se ele precisar da defesa jurídica, eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a decidir.

O SR. PRESIDENTE (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de até ceder o horário, mas que nós seguíssemos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela Ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente. V. Exa. disse que não há questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para decidir, não!

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. me deu a palavra pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então V. Exa. não pode dizer que não há questão de ordem, porque das notas taquigráficas precisa constar aquele pronunciamento que fiz, para reparar a injustiça que o Deputado Elio Rusch fez ao ilustre visitante, engenheiro Leopoldo Campos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, esta Presidência disse e repete que não há questão de ordem, porque, quando se fala em questão de ordem, tem que suscitar a questão de ordem, conforme o Regimento.

Ainda no Horário das Lideranças, PT, Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comentar, em cima da discussão que o Deputado Elio Rusch apresentou, sobre a COPEL, está perdendo fornecedores.

Quanto ao reajuste da COPEL, que foi colocado ontem e hoje, realmente, a ANEEL está fazendo um levantamento de um estudo e se houver necessidade em julho, terá um aumento, porque o Governo faz um Governo com responsabilidade e não quer prejudicar a saúde financeira da empresa.

A empresa, o ano passado, concedeu um desconto para que não houvesse um impacto junto ao consumidor, um desconto de 25% para o pagamento à vista. Esse ano está em vigor um desconto de 8% em janeiro. Teve um aumento de 15% e permaneceu um desconto de 8% atualmente.

Quanto à questão dos fornecedores eu gostaria de dizer que esses fornecedores, realmente a COPEL tem dificuldade de se enquadrar a um preço mais baixo competindo com as empresas particulares, pela questão da burocracia da lei de licitações, que não é permitido, mais que grande parte desses fornecedores, acaba sendo vendida essa energia, que mal cobre o custo da Operação da COPEL.

No entanto, a COPEL, tem o menor preço, a menor tarifa do Brasil hoje, em vigor nesse País, é o preço da COPEL, prestigiando, sim, a população que está lá na ponta. Esses contratos como a Klabin e outros foram procurar o mercado da iniciativa privada e de maneira correta. Mas isso não prejudica os negócios das COPEL.

A COPEL vem fazendo investimentos em várias áreas como contratação de profissionais, concurso público. Fechou uma receita com um lucro de 177 milhões no ano passado. Se não fosse os contratos lesivos, teríamos um lucro de 700 milhões. Contratos com a UEGE e outros contratos mais, que é de conhecimento de todos. Sem contar das agências que voltou a abrir em vários municípios, como Irati, Ponta Grossa, União da Vitória, concurso para profissionais da área. Sem contar a questão da eletrificação na área rural que ontem mencio-

nei - há uma parceria do Governo Federal, Estadual e a COPEL, aonde cada um entra com 33% e a meta para este ano são 8 mil clientes novos no Estado do Paraná, na área rural, programas esses que, como o Programa Luz do Campo, do Governo passado, não andaram, filas enormes de pessoas esperando e o ano passado já funcionando e de forma gratuita para os nossos agricultores que não terão custos.

Gostaria de colocar ainda quanto a questão dos Ministros que foi colocado pelo Deputado Rossoni, é uma miudaria tão grande mexer nessas questões tão pequenas e que se percebe assim, nitidamente, uma questão política de vontade de difamar o nosso Governador.

Gostaria de colocar também quanto a questão das publicidades - eu tenho aqui uma relação, Deputado Rossoni, só na nossa região, das rádios, cento e cinquenta mil/mês para as rádios da nossa região, fechando um milhão e novecentos no ano. E é nítido aqui -, um exemplo de Irati - a Rádio Cultura recebeu 20 mil por mês, a Rádio Cultural Iratiense, enquanto a Rádio Najuá, que tem uma audiência muito maior, não recebeu um centavo.

Então, cada Governo faz a sua política! Agora, é difícil as pessoas criticarem uma coisa que fizeram no passado, aquilo que estão criticando hoje. E quanto a questão das licitações, houve em dezembro uma licitação, o Deputado Elio Rusch colocou que licitação é um processo onde têm que ser seguidas as normas da licitação, e licitação, é licitação, é algo transparente.

Então, essas agências que foram contratadas em dezembro, foram dez agências contratadas, através de um processo licitatório, e que fizeram a distribuição dos recursos para os meios de comunicação que foram colocados.

O Sr. André Vargas

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Apenas, não se trata deste tema que V. Exa. colocou, para reafirmar na questão do eixo metropolitano o papel do Governo Federal - o Governo Federal apenas concedeu o trecho chamado de eixo metropolitano, ex-BR-116 como trecho urbano para a Prefeitura Municipal de Curitiba, usando os critérios técnicos, sem discriminação política, claramente colocado, porque, após a execução do Contorno Leste, trata-se de um eixo, um trecho nitidamente urbano.

Portanto, deixar claro que a participação do Governo Federal foi esta, o Senado Federal é um colegiado de inúmeros Partidos, concedeu e aprovou o empréstimo para a Prefeitura de Curitiba.

Portanto, se há ilegalidade, que se denuncie nos órgãos competentes e não se jogue dúvidas quanto ao comportamento de quem apenas cumpre os seus deveres constitucionais, sem discriminação política.

O Sr. Marcos Isfer

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu só queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento quanto à COPEL e dizer que, se nós não tivéssemos fiscalizado a COPEL sobre tudo aqui que aconteceu nesta Casa, não teríamos tido algumas soluções como estamos tendo. O mesmo com relação a este eixo metropolitano que quer se fazer sem nenhum tipo de fiscalização, impedindo a população do Paraná - segundo alguns Deputados desta Casa - inclusive de fiscalização.

Não vamos deixar que o erro se repita.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

A COPEL é a tarifa mais baixa deste País!

Era isto que eu queria colocar.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Como eu sou um cumpridor do meu Regimento, se eu não estiver equivocado, acredito que a Deputada Elza já tenha usado o Horário do PMDB, porque eu, inclusive, pedi-lhe aparte e não deu tempo para que ela me concedesse.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa nos informa, Deputado Rossoni, que não usou do Horário do PMDB. Inclusive estava inscrito o Deputado Nereu Moura, que passou a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Isto foi quando eu era do PFL, que não me deixaram ser candidato! Hoje eu vou falar, Deputado Rossoni.

“Se esta rua, se esta rua fosse minha,

Eu mandava ladrilhar

Com pedrinhas de brilhante

Para o meu amor passar.”

Assim foi na canção popular. E deve ser isso que foi prometido aos felizes empreiteiros que vão receber 9 milhões de reais por quilômetro dessa mirabolante obra prometida para o eixo metropolitano, que se Deus quiser não há de sair do papel até a eleição. Isso, se os anjos tutelares de Curitiba e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais me ouvirem, porque foram quatro os trens de papel que esta Cidade comprou, a pretexto do transporte metropolitano. Mirabolantes projetos de metrô. O último, nos informou hoje o Deputado Marcos Isfer, custando 14 vezes mais do que o preço previsto, ou seja, 14 milhões de reais. Nove milhões de reais o quilômetro.

Ora, Deputado Elio Rusch, 300 mil reais pode custar uma rua comum, 1 milhão de reais uma larga avenida já sedimentada, para passarem ônibus biarticula-

dos carregados, com uma superestrutura necessária para a parada dos ônibus com os 370 passageiros que neles vão, quando estão cheios.

Agora, nunca, Deputado Elio Rusch, nove milhões de reais! Vamos dizer que custasse três milhões de reais o quilômetro. Um milhão de reais, para onde vai o transporte de massa. Um milhão de reais para as ciclovias, que aí, sim, poderiam ser com pedrinhas de brilhante. E um milhão de reais para os jardins, que já não podem ser de Burle Marx, porque ele já passou para o andar superior!

A Prefeita Marta Suplicy, fez isso recentemente, mandou vir para a Avenida Faria Lima, palmeiras de Buenos Aires! Algumas morreram. Os motoristas de táxi falam mal da futilidade que atribuem à Prefeita, porque acham caras as palmeiras trazidas da terra de Carlos Gardel. Acho que a flora local é delicada para o paisagismo.

Eu não gosto de árvores exóticas, mas jamais conheci obra tão cara e caramente orçada. Discordo do Deputado Elio Rusch de que, se houver concorrência internacional, qualquer pode ser o preço. Acho que o critério da economia e do bem comum deve ser o critério da obra pública, mesmo que haja financiamento internacional.

Lembro que já havia um projeto de metrô elétrico no IPPUC, quando entrei como Prefeito. E era a predileção do então Presidente do IPPUC, Cássio Taniguchi. E briguei com ele, adotei os biarticulados e os ligeirinhos para toda a Região Metropolitana. E fiz as Ruas da Cidadania e um programa metropolitano de obras que levou os ligeirinhos para todas as cidades vizinhas. E fiz 150 milhões de dólares em obras! E não fiz isso sozinho. Perguntei para o Alvin Toffler o escritor da terceira onda: Se você tivesse 150 milhões você compraria um bonde ou você faria uma rede de transportes? E esse gênio da estratégica me disse: eu trabalharia em rede metropolitana de serviços, porque o mundo do computador, o mundo a modernidade, trabalha em rede.

Temos que evitar a diluição de Curitiba, no território metropolitana. Isso significa serviços em rede, atendendo todas as cidades metropolitanas. Jamais uma rua só forrada de brilhantes, para forrar o bolso de poucos empreiteiros! Tem que ir, sim, para o Ministério Público! Tem que ser investigado pelo Instituto de Engenharia! Tem que ser discutido pela sociedade civil! Porque, senão, é um outro, e aí um grave projeto de corrupção, que preocupará toda a sociedade curitibana e brasileira, o que lançará a suspensão sobre a própria e próxima eleição.

Pode estar vindo aí, na BR-116, um Caixa 03.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

“A lei não protege quem dorme”. Eu não dormi. Eu e o Deputado Bradock saímos daqui, para dar um abraço no nosso Diretor-Geral Bibinho, que está de aniversário hoje, e acabei não utilizando o Horário do PSL. Amanhã vou utilizá-lo, para falar sobre comuni-

cação, mas não é comunicação do Governador Requião, nem do Presidente Lula. Comunicação do Prefeito Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Vou colaborar com V. Exa. e com os Srs. Deputados, e serei breve. O que ouvi aqui, parece que o ilustre Deputado, que fez a defesa dos Ministros do Governo Lula, o problema não é dinheiro, porque um milhão e duzentos e sessenta mil reais, são mesquinhas políticas!

Outra questão, não sou eu que estou inventando, é a Folha de São Paulo, e acredito que o Deputado Natálio Stica, ilustre Líder vai responder, ao dizer que a Rádio de Irati recebeu tanto e a rádio tal recebeu tanto - não tenho nenhum problema, que seja divulgado, não tem problema. O que não quero é ficar sem explicações nos pedidos que tenho feito, aqui, deputado Natálio Stica.

Quanto à divulgação do Governo anterior, se quiserem instalar mais uma CPI, fiquem à vontade, nada me constrange. Se eu receber as explicações, V. Exa. continuará na minha mais alta estima e alto conceito. Tenho certeza que V. Exa. vai se dedicar a isso.

Quanto à questão dos ministros, quem achar que está correto, chegue no meio do povo - acredito que o ilustre Parlamentar, que fez a defesa, vai ter dificuldades - e digam: os Ministros fizeram tantas viagens, cada um, para o seu Estado, para visitar as famílias! Vão ver a vaia que levarão!

Quanto ao posicionamento da Deputada Elza, que sempre presto muita atenção no seu pronunciamento, porque é de alta competência, e sempre temos que prestar atenção, porque ela traz um conteúdo muito grande, ela disse, aqui, da preocupação das críticas que têm sido levantadas, infundadas ou só em cima de jornais.

Deputada Elza Correia, com toda a estima e consideração, que tenho por V. Exa., que tem mostrado muita competência no seu trabalho, eu gostaria que o seu pronunciamento tivesse sido ouvido pelo ilustre Governador Requião, porque não há mais ninguém neste Estado, que acuse a pessoa sem ter provas! Ninguém! O seu pronunciamento me serviu, porque vou refletir mais sobre meus pronunciamentos.

Mas, não tenho dúvida que o seu pronunciamento serviria muito bem ao Governador Requião, porque certamente ele não sairia por aí acusando todo mundo, como é de seu costume.

Era isso, Sr. Presidente. Encerro com três minutos o meu tempo, que era de cinco, para colaborar com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário destinado à Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quero, nestes pequenos cinco minutos que tenho, tentar responder alguns questionamentos feitos por Deputados da Oposição, em especial à área de comunicação. Neste sentido, quero agradecer ao Secretário Airton Pice-tti, que atendendo a um pedido da Base de Sustentação do Governo, está colocando, para nos ajudar, o jornalista Colombo, que aqui se encontra. E já fruto deste trabalho, está aqui trazendo as respostas do que foi falado no dia de hoje.

A Oposição está preocupada com os gastos do Governo em publicidade e a falta, inclusive, de agência, através de licitações. É bem verdade que parte da verba de publicidade foi gasta sem agências, até porque o Gov-erno estava começando no ano passado e fez um processo de licitação para as agências, um processo dentro da lei. E, hoje, tudo o que se pensar, vai passar via agência.

E no jornal Folha de Londrina, de 1º de maio, o Governo gastou 4 milhões e 430 mil reais com publi-cidade. O valor investido no ano passado é quase dezen-ove vezes menor do que o gasto do último ano do Governo Lerner.

Veja, Deputado que usou a tribuna, meu amigo Valdir Rossoni, os gastos com publicidade oficial, no primeiro ano de mandato do Governador Roberto Requião, do PMDB, foi quase 19 vezes menor que a quantia gasta em 2002, no último ano do Governo Lerner. E, aqui, venho com mais detalhes: autorização do Gov-erno Lerner, em 2002, para as agências de publicidade. E aqui tem as várias agências: PROPEG, Optus, Master, Loduca, Fischer. Aliás, esta Fischer, aqui, me consta e preciso checar para saber se é verdade, pertencente ao genro do Governador. Só esta Fischer, aqui, gastou em 2002, cerca de 11 milhões de reais.

E, pasmem, Srs. Deputados, em especial da Oposição, que estão preocupados com custos em divul-gação: no último ano de Governo, que já deveria ter tudo por licitação, porque não era o primeiro ano, sem lici-tação, sem agência portanto, cerca de três milhões de reais foram gastos! E o total, está aqui, 86 milhões, 793 mil, 959 reais. Praticamente 87 milhões de reais, gastos em publicidade, no último ano do Governo Lerner, contra quatro do Governador Requião. Portanto, praticamente vinte vezes menor.

Então, vejam os senhores que esta verba que o Governo gasta em publicidade, praticamente vinte vezes menor que o ano do Lerner, mostra a diferença de gover-nar.

Queria ainda dizer que, destes quatro milhões, cerca de três milhões foram por conta da COPEL, princi-palmente destinada à divulgação do “Programa Luz Fra-terna”, que é o Programa que coloca a energia elétrica nos lares das famílias mais pobres do nosso Estado. E

esse programa tem que ser explicado, como é que funci-ona quantos kilowatts, o que é considerado uma família pobre e isso foi feito por conta da COPEL, mesmo antes de terem as agências já licitadas, três milhões, pratica-mente.

Portanto, o Governo do Estado gastou nas out-ras propagandas, cerca de um milhão e meio no máx-imo.

Então, mostra que o Governo do Estado está preo-cupado em fazer. Foi aqui falado de uma propaganda enganosa da água, se não me falha a memória, que não é verdade, aquela moça, que por sinal é minha filha que faz a propaganda da água, na televisão, muito bem feita, diga-se de passagem, - sou suspeito em falar - mas que diz lá, numa família considerada de quatro pessoas, um real e vinte e cinco por pessoa. Que a famílias brasileira em média é considerada de quatro pessoas. Um casal e dois filhos.

Então na média cada pessoa da família gasta um real e vinte e cinco centavos, que são os cinco reais da taxa de água.

Aliás, hoje estivemos mais uma vez na Vila Trindade entregando o projeto de tarifa social, garantindo a água nos lares e nós vimos aquelas senhoras, aquelas famílias desesperadas mostrando quanto pagavam de água e agora quanto vão pagar. Inclusive quem tem água atrasada vai poder chegar na SANEPAR e fazer o recál-culo, pagando cinco reais.

Portanto, garantindo, a partir de agora, a todas as famílias pobres neste processo de inclusão social, acesso à água barata, à luz barata, ao leite.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos à Ordem do Dia.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a minha questão de ordem é sobre o artigo 215 do Regimento Interno.

O Regimento Interno no artigo 215 e parágrafos, muito especialmente no parágrafo terceiro, diz o seguinte: “Esgotado sem deliberação o prazo estabeleci-do no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

“Não se justifica, Sr. Presidente, a Ordem do Dia nesta tarde, razão pela qual eu tenho já uma questão de ordem deliberada e respondida pelo Presidente da Casa, Hermas Brandão, com relação a veto dos professores. Hoje a Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre Dep-utado Antonio Anibelli exarou seu parecer, houve pedido de vistas, não consta na Ordem do Dia desta Sessão, e outras matérias constam da Ordem do Dia.

Nós, da Oposição, a minoria, aceitamos que a maioria possa vencer no voto, mas nós não aceitamos que o Regimento Interno seja desrespeitado. Portanto, não há

que se ter matéria na Ordem do Dia nem nesta Sessão, nem nas próximas, enquanto não for votado o veto dos professores.

Esta é uma questão decidida pelo Presidente da Casa, nós encaminhamos uma questão de ordem por escrito, o Presidente já decidiu, e nós não aceitamos votar nesta tarde um projeto de lei que altera o orçamento, que joga por terra as prerrogativas da Assembléia Legislativa, e estamos amparados no Regimento Interno.

Então, não há que se falar em continuidade da Sessão. Enquanto o veto dos professores não vier para Plenário, nós não aceitamos votar nenhuma outra matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval Amaral, nós ouvimos a sua questão de ordem, e para que nenhuma matéria possa ser votada, obviamente o projeto teria que constar na Ordem do Dia.

Não havendo sido anunciado e nem comunicado aqui à Mesa, por parte do Presidente Hermas Brandão, nós deveremos proceder à votação da pauta ora estabelecida.

O SR. DURVAL AMARAL

Datíssima vênica, Sr. Presidente, eu respeito muito a assessoria e tenho o maior apreço pela assessoria da Mesa, efetivamente nós temos que ler a Constituição Federal, Constituição Estadual, essa interpretação dada não está prevista no Regimento Interno, nem na Constituição Estadual e nem na Constituição Federal. Eu proponho que seja suspensa esta Sessão, até que este assunto esteja definitivamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval. Vou invocar o mesmo artigo que invoca V. Exa. Regimento Interno, Artigo 215, parágrafo 1º: “Com parecer ou sem ele, se a Comissão não apresentar dentro de dez dias será o projeto vetado, incluído na Ordem do Dia”. Procede a questão de ordem de V. Exa. porque o projeto não consta na Ordem do Dia. Agora, em não constando na Ordem do Dia, não há razão para que nós não venhamos deliberar sobre os demais projetos que ali constem.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não quero aqui ficar contraditando com V. Exa., mas olha só, o mesmo artigo 215 no parágrafo 1º diz o seguinte: “Com parecer ou sem ele”. Se a Comissão não apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado e incluído na Ordem do Dia.

Pela madrugada, eu não quero aqui passar uma reprimenda na Mesa, o Sr. não me force a tomar essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não precisa passar reprimenda, V. Exa. argumente.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas estou argumentando. E mais ainda, a Constituição Estadual que me parece que é de boa competência, não só legislativa, mas sobretudo interpretativa, analisarmos o que diz a Constituição Estadual.

O artigo 71, parágrafos 4º e 6º, se me permite, vou ler a V. Exa. porque a Constituição efetivamente sobrepõe as interpretações tendenciosas.” O veto será apreciado em Sessão Única dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados em escrutínio secreto”. Parágrafo 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata. O prazo venceu no dia 14. Portanto, no dia 15 deveria estar suspendendo as demais proposições até a sua votação final.

Mais claro do que isso, só se todos voltarmos para a “Escolinha do professor Raimundo”...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consta exatamente no nosso Regimento Interno. procede a sua questão de ordem porque o projeto não foi incluído na Ordem do Dia, o que não compete a esta Presidência responder, porque tem aqui uma pauta que não consta o projeto.

Segundo o veto será apreciado em Sessão Única, dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados com escrutínio secreto. “O que está de acordo com a Constituição.

(Continua a leitura do parágrafo 3º, do Regimento Interno)

Se tivesse constado na Ordem do Dia, cumpriríamos o Regimento, não votaríamos nenhuma outra proposição.

O SR. DURVAL AMARAL

O veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata.

A Constituição é muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está lendo parágrafo 6º da Constituição, que é o mesmo parágrafo 3º do nosso Regimento Interno.

(Lê o parágrafo)

O SR. DURVAL AMARAL

Vou tentar ser mais claro.

O destinatário dessa norma é justamente o Poder Legislativo. Se o nosso legislador mandou que se incluísse na Ordem do Dia e a Assembléia não inclui, é

lógico que não pode haver Sessão. Não se pode votar mais nenhuma matéria.

Com todo respeito, V. Exa. está forçando.

Sugiro que seja suspensa a sessão, para que possa buscar um parecer de um constitucionalista sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Estou lendo o Regimento e não encontro condição de dar a razão à questão de ordem de V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL

Se o Direito fosse tão simples assim, que uma simples interpretação literal pudesse dar condições para que qualquer pessoa o interpretasse, não precisaríamos certamente, ter os administrativistas, os constitucionalistas; não teríamos a doutrina. Aqui se trata de uma interpretação da Constituição do Estado do Paraná, da Constituição Federal. É uma questão muito mais longa que uma interpretação literal. Mas me parece tão clara até a interpretação literal que, basta ler com atenção que chegaremos à conclusão que está tudo suspenso.

Não estamos insistindo em outras Sessões, no sobrestamento das Sessões Legislativas, porque não havia na Ordem do Dia questões tão relevantes como esta que está incluída agora.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval Amaral, com todo respeito que lhe devo, V. Exa. acabou de falar sobrestar as outras Sessões, isso não é possível. É possível sobrestar a outras proposições.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Quero sair em socorro ao nosso líder, até porque talvez porque ele tenha estudado muito esta questão, mas estamos esquecendo uma questão, ilustre Deputado Durval Amaral e gostaria de ter a sua atenção.

Na Sessão em que V. Exa. levantou a questão de ordem, quando estava presidindo o Deputado Hermas Brandão, ele chamou-lhe para que num acordo regimental, V. Exa. abrisse mão do seu direito regimental para nós votarmos numa outra oportunidade.

Então, o acordo foi feito, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, com o Deputado Hermas Brandão, que reconheceu que, regimentalmente, o Deputado que levantava a questão de ordem estava coberto de razão. Por isso, para não criar um entrave nos trabalhos da Casa, porque não tinha sido ainda apreciado pela CCJ, o Deputado Durval Amaral, consultando os Deputados de Oposição, abriu mão do seu direito regimental até o dia de hoje.

Esse foi o acordo feito com o Presidente Hermas Brandão. Não estou nem recorrendo ao Regimento e à Constituição; estou recorrendo ao reconhecimento regimental do presidente Hermas Brandão, o qual obrigou-se

a fazer um acordo com o Líder das Oposições, que fez uma reunião rápida com os Deputados de Oposição.

Nós aceitamos a proposição do Deputado Hermas Brandão para que ficasse para o dia de hoje.

Então, Sr. Presidente, quero aqui recorrer, e acredito que nesta Casa sempre valeu o acordo, regimentalmente. Nós já poderíamos ter obstruído isso a semana passada, mas o Deputado Durval, pela compreensão e entendimento, achou melhor deixar para o dia de hoje. Pelo que estou sentindo do nosso Líder e pelo que ele nos comunicou, ele não está mais abrindo mão, neste momento, do direito regimental e constitucional. O entendimento encerrou-se e, agora, o que vale é o Regimento e a Constituição.

Eu saí em socorro do ilustre Deputado Durval Amaral, porque ele estava aplicado na questão regimental e constitucional, mas o acordo existiu com o Deputado Hermas Brandão e acredito que nós podemos até dar um intervalo nesta Sessão, para que o Presidente Hermas Brandão, venha aqui, porque senão, acordo não vai mais valer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas para conhecimento desta Presidência, V. Exa. diz que houve um acordo de que esta matéria estaria hoje na pauta?

O SR. VALDIR ROSSONI

Sim, o Deputado Durval Amaral recorreu ao Regimento e à Constituição. O Presidente Hermas Brandão, entendendo que o Deputado Durval Amaral estava coberto de razão, chamou-o, e ainda o Deputado Durval chamou-nos ali, naquele cantinho, e disse o seguinte: “vamos aceitar a proposta do Presidente?” Eu disse: “o que você fizer está bem feito!” O nosso líder Durval falou com o Presidente Hermas Brandão e aceitou o acordo para o dia de hoje, porque terça-feira, todos nós sabemos, que é o dia da reunião da CCJ.

O Presidente Hermas Brandão ainda ressaltou isso e foi noticiado nos jornais que se estava dando um ultimato à CCJ e, com parecer ou sem parecer estaria hoje sendo votado. Então, nós não abrimos mais mão do nosso direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. A sua Questão de Ordem difere da do Deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, entendo que V. Exa., até pelo fato de ser um grande democrata, esteja estendendo essa discussão quando ela nem deveria existir.

Ora, nós temos a Ordem do Dia em que não está o projeto em tela, portanto, não caberia nem essa discussão ser tão longa, como se está permitindo.

Aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, todos nós, eu que já aqui estou por quatro legislaturas, na verdade, é

praxe desta Casa, não foi levado em conta esses prazos, nunca foi, não tem histórico aqui nesta Casa que os vetos cumpriram o que determina o Regimento Interno.

Todavia, o Regimento tem que ser cumprido, ele deve ser a nossa “Bíblia”.

Porém, Sr. Presidente, não está na pauta, não está na Ordem do Dia, e V. Exa., com todo o respeito, deveria dar continuidade à Sessão, colocando em votação os projetos de lei, e se alguém se sentir prejudicado, tem o caminho do Poder Judiciário, para tentar corrigir algum prejuízo que eventualmente seja...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Nereu Moura, V. Exa. coloca bem, de que na verdade nós estamos dando a possibilidade da discussão a respeito de uma questão que incita à análise do Regimento. Obviamente vamos tomar uma posição, após ouvir as questões de ordem.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sei precisar exatamente o dia em que o Deputado Durval Amaral levantou essa questão de ordem no que diz respeito ao veto em relação ao projeto do Plano de Cargos e Salários dos Professores.

Mas, lembro-me muito bem que quando o Deputado Durval Amaral levantou a questão de ordem, a Presidência desta Casa, o deputado Hermas Brandão, disse o seguinte, vou ler as notas taquigráficas: “Vamos fazer uma solicitação a V. Exa., que nós pretendemos cumprir esse prazo. Vou fazer um apelo à Comissão de Constituição e Justiça” e assim sucessivamente.

Muito bem! O Deputado Hermas Brandão fez um apelo à Comissão de Constituição e Justiça para que eles exarassem o parecer o mais rápido possível.

Na semana passada, o Deputado Durval Amaral levantou novamente a questão de ordem; o Deputado Hermas Brandão, presidindo esta Sessão - e deve estar confirmado pelas notas taquigráficas - ele chama, enquanto que alguns Deputados estão usando a palavra, chama para a Mesa o Deputado Antonio Anibelli que está aqui no Plenário, e solicita-lhe encarecidamente, que ele exarasse o seu parecer no dia de hoje. E solicitou também ao Deputado Durval Amaral, que deixasse de lado um pouquinho a questão regimental e a questão constitucional. E fez um apelo para que a Assembléia Legislativa se entendesse.

E o entendimento feito então, pelo Deputado Durval Amaral com a Presidência da Casa, Deputado Hermas Brandão era para a CCJ dar o parecer no dia de hoje, e isso não aconteceu!

Ora, como a CCJ não cumpriu com aquilo que foi acordado na semana passada, de dar o parecer, de liquidar a questão lá na CCJ e o Deputado Hermas Brandão no dia de hoje pudesse anunciar a inclusão deste veto, não sei quando, em que Sessão. Como não foi cumprido, o Depu-

tado Durval Amaral agora requer exatamente aquilo que determina a Constituição do Estado e o Regimento Interno.

Estou exatamente questionando a questão regimental e constitucional. Não quero me tornar repetitivo, Presidente Augustinho Zucchi, a V. Exa. que preside a Sessão de hoje.

O Regimento Interno está claro, a Constituição do Estado do Paraná está clara, que não pode ser votado em hipótese nenhuma, nenhuma matéria sem que seja incluído na Ordem do Dia o veto apostado ao projeto de Plano de Cargos e Salários.

Por isso nós temos total solidariedade com o Deputado Durval Amaral, porque não podia nem ser elaborado. Já que hoje não foi cumprido, não podemos questionar até o Deputado Hermas Brandão, porque ele estava ciente quando elaborou a Ordem do Dia da Sessão de hoje, que a CCJ, na manhã de hoje, iria apreciar o veto. Como ela não apreciou, a Ordem do Dia estava elaborada, nós estamos exatamente questionando a questão regimental e constitucional.

Não é concebível que venhamos votar qualquer matéria na Sessão de hoje. Eu também sou solidário e solicito a V. Exa. que suspenda a Sessão, para que possamos encontrar um caminho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, tendo em vista as Questões de Ordem levantadas pelos Deputados, especialmente Durval Amaral e Elio Rusch, de acordo com o artigo 104: “todas as Questões de Ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia”. Levando em consideração o artigo 176: “nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes”.

“Artigo 215, parágrafo 1º: com o parecer ou sem ele - que é o caso do projeto citado - se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

Parágrafo 2º - O veto será apreciado em Sessão Única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

Parágrafo 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final”.

O veto não está na Ordem do Dia. O acordo formulado com o Presidente Hermas Brandão, segundo o Deputado Valdir Rossoni, será levado por esta Presidência ao Deputado Hermas Brandão para que, obviamente, possa cumprir o acordo. Mas, com relação à Questão de Ordem levantada por V. Exa., não procede, no entendimento desta Presidência, e está deliberado com relação a isso e vamos apreciar a pauta da Ordem do Dia.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Respeito a sua decisão, porém não aceito, porque a interpretação é equivocada. Deixo registrado isso, que é totalmente equivocada e sequer poderia ter sido elaborada a Ordem do Dia, mas só poderia ter sido constado o veto.

Essa é a questão fundamental, essa é a dúvida, é no “nó gótico da questão”.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval, V. Exa. é um Parlamentar brilhante, conhece o Regimento e respeito a sua posição. Mas, a Questão de Ordem está decidida, porque entendemos que não consta na Ordem do Dia a proposição: se constasse, todos os outros itens estariam sobrestados, realmente, sem a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Questão de Ordem.
(Assentimento)

Sr. Presidente, a única coisa que protege as minorias são o Regimento e a Constituição. Se nós não estivermos protegidos no Regimento e na Constituição, não precisa ter Oposição nesta Casa e nós não estaremos contribuindo em nada para o bom funcionamento desta Casa.

Então, recorro a V. Exa. que consulte o Presidente Hermas Brandão, porque foi um acordo firmado pelo Presidente Hermas Brandão.

Sr. Presidente, amanhã ou depois pode acontecer outro caso desse e a Situação estar defendendo a nossa posição. O que protege as minorias é a Constituição e o Regimento, e se perdermos esta parada hoje - porque no voto nós perdemos - no Regimento e na Constituição, aí vamos pegar o Regimento e a Constituição e vamos escondê-los, porque aí será o livre arbítrio do Presidente e a vontade das maiorias.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas para registrar, e para que fique claro para V. Exa.

Na opinião da Mesa, tanto da assessoria como da análise que pudemos fazer, estamos respeitando aquilo que consta no Regimento. Agora, com relação ao acordo, procede aquilo que V. Exa. fala: vamos comunicar o Deputado Hermas Brandão que o acordo deva ser cumprido e venha para a pauta este item, fruto do acordo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas então V. Exa. paralisa a Sessão, para que possamos votar, no dia de amanhã, uma nova Ordem do Dia.

Deputado, são três questões relevantes: o Regimento nos protege; a Constituição nos protege; o acordo de Lideranças nos protege. Se nós abrímos mão disso, não sei o que será das minorias.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, desde que contasse na Ordem do Dia. Se contasse, V. Exa. estaria coberto de razão e a Sessão já teria sido suspensa, porque não seria possível votar nada sem votar o veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

É claro que somos em meia dúzia.

Eu convido em forma de protesto, não a V. Exa. pela admiração e respeito que temos até pela forma com o V. Exa. conduz esta Casa, eu me afasto da Sessão, como forma de protesto, porque se o regimento e a Constituição neste momento não estão sendo respeitados, eu, como Parlamentar, senti-me diminuído das minhas atribuições.

Estou saindo do Plenário; podem votar o que quiserem. Desculpe-me, Sr. Presidente ter que usar dessas palavras. Não é contra a sua pessoa, mas é contra um acordo. Aqui, desde o tempo do Anibal Khury, os acordos sempre valeram.

À saudosa memória do Deputado Anibal Khury, acordos mais difíceis já houve nesta Casa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Deputado Hermas Brandão cumpriu o acordo. Ele falou que o projeto ia à CCJ, hoje, e o projeto foi para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós vamos cobrar do Deputado Hermas Brandão que realmente faça cumprir-se o acordo efetivado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2004, que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 20 de setembro de 2003, as expressões por projetos/atividades. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 002/2004

P A R E C E R :

Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 002/2004, recebeu as seguintes emendas.

- Nº 01, propondo nova redação ao artigo 1º do projeto, contendo as seguintes mudanças “os índices dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 29 de novembro de 2003, passam a ser de 15%.

- Nº 02, propondo nova redação ao artigo 1º do projeto, contendo as seguintes mudanças “Ficam modificados os incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, conforme segue:

I - ...

II - abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Projetos/Atividades das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - ...

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 15% (quinze por cento), por projetos/atividades das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações por projetos/atividades definidos neste Orçamento a compensação, conversação ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para abertura dos créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

II - Voto de Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão

obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável às emendas.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Chico Noroeste, Valderlei Iensen, Durval Amaral, Pedro Ivo Ilkiv, Delegado Bradock, Antonio Anibelli, Barbosa Neto e Jocelito Canto.

Há também, o Requerimento nº 732, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Duílio Genari e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando transformação da Sessão Ordinária de 04.05.2004 em Comissão Geral. **Prejudicado.**

Esta Presidência deixa de considerar o requerimento, tendo em vista que o projeto em discussão já consta com e as emendas com o parecer da CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Desculpe, qual é o projeto que o senhor está incluindo na votação?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Item 01 da pauta.

(**Faz a leitura do item 01**)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para discutir!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar a votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir! A discussão não foi encerrada na Sessão anterior! Não foi anunciado o encerramento na Sessão anterior, portanto, está em discussão agora!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Segundo a Mesa, para que o projeto recebesse à discussão já foi encerrada, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Mas, ela tem que ser anunciada, Sr. Presidente!

Então, vou pedir a suspensão da Sessão para que a gente possa trazer a cópia dos Anais desta Casa da Sessão que foi encerrada, segundo a assessoria da Mesa! Peço que V. Exa. mande que venham as cópias taquigráficas!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. gostaria de encaminhar a discussão?

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Não, eu quero discutir!

Para ser anunciada a discussão, Sr. Presidente, tem que se anunciada expressamente.

O senhor traga as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, as cópias taquigráficas estão à disposição.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Então manda buscar, Sr. Presidente!

Eu não posso ser impedido de discutir uma matéria tão relevante como essa! Eu quero discutir!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós queremos discutir, são duas coisas bem distintas. Encaminhar e discutir.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O Regimento Interno da Casa diz que é encerrada a discussão para apresentar as emendas. Não tem mais o que se discutir. Agora o encaminhamento da votação, V. Exa. tem que cumprir o Regimento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Um por vez, senão, não é possível falar Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Item nº 01, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 002/2004. A discussão não foi encerrada na última Sessão.

Por isso, nós queremos discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu solicito a Mesa que me informe. Se não foi encerrada, vai discutir. Não tem problema.

Eu solicito à Mesa que me informe, se foi encerrada ou não e, por quê: Porque cabe a quem argumenta, apresentar o que está escrito.

Agora, vejam bem, esta Presidência vai solicitar da assessoria da Mesa, que informe. Encerrada a discussão, nós não voltaremos atrás e vamos à votação. Agora, se não foi encerrada a discussão, nós vamos cumprir o Regimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Enquanto a sua assessoria procura nas notas taquigráficas se foi encerrada, veja como é engraçado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Após discutir, Deputado Valdir Rossoni, nós podemos encerrar a discussão e passara o processo para votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não tem nem dúvida! Concordo com V. Exa.! Veja o seguinte, ouço aqui o Deputado Nereu Moura recorrer ao Regimento...

O Sr. **Natálio Stica**

V. Exa. já acabou o protesto que retorna ao plenário?

O SR. VALDIR ROSSONI

O Deputado Natálio Stica tem um...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência decida a questão de ordem levantada...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Antes de o Senhor decidir, eu tenho uma informação das notas taquigráficas, do Presidente Hermas Brandão...

(**Vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, esta Presidência vai decidir a questão de ordem levantada por V. Exa.

O Sr. **Nereu Moura**

Sr. Presidente, o senhor está sendo conduzido! Quem preside a Sessão é o senhor...

(**Vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Este Presidente, não está sendo conduzido por ninguém! Nós vamos seguir o Regimento! Se não foi encerrada a discussão, vamos discutir o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, eu tenho aqui as notas taquigráficas para que não se cometa nenhuma irregularidade: Afirma o Deputado Natálio Stica, pela ordem. Sr. Presidente, nós retiramos por cinco Sessões esse projeto - eu queria fazer uma consulta a V. Exa. - ele é líder do Governo - nós já não estávamos no regime de votação, em segunda discussão, quando foi retirado" o Presidente Hermas Brandão afirma - "foi aprovado em primeira discussão e depois adiado por cinco Sessões" - o Sr. Natálio Stica -

”não chegamos abrir a segunda” - o senhor presidente Hermas Brandão - “não, não chegamos nem à discussão”.

Então, retorna-se à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência decide - haverá a discussão do projeto - um para discutir a favor e outro contra, conforme prevê o Regimento.

Estamos recebendo as inscrições alternadas. No momento em que não houver a alternância será encerrada a discussão.

Para discutir, Deputado Durval Amaral por trinta minutos.

Apenas ressaltando, os trinta minutos são improrrogáveis, e V. Exa. poderá conceder apartes.

Os demais Parlamentares poderão fazer a sua inscrição para encaminhamento.

Repito, conforme o Regimento, não havendo alternância, será encerrada a discussão e passa-se ao processo de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado esta questão do orçamento já há algum tempo e tenho ouvido muitas discussões, muitas conversas sobre o bendito projeto/atividade.

Na verdade, o Parlamento se enriquece quando mantém as suas prerrogativas e eu, por exemplo, ouvi algumas argumentações de que no governo passado não havia o projeto/atividade, nunca teria sido assim, que no governo passado se mantinha 30% sobre o total do Orçamento e claro que se trata de uma questão complexa, de uma questão polêmica, mas se hoje nós sentimos que o atual Governo muitas vezes não atende os Deputados, os Prefeitos do interior, para nós, que somos Deputados de Oposição, certamente o não atendimento dos Prefeitos, dos Deputados, dos clamores de quem vive no interior do Paraná, isso é muito conveniente e muito bom, se pensássemos e raciocinássemos como Oposição.

Como antes de exercermos a Oposição nós temos a preocupação de cidadão, e como não fazemos Oposição pelo gosto da Oposição, sabemos que é importante manter as prerrogativas da Assembléia Legislativa. A Assembléia não pode se anular, não pode dar um cheque em branco ao Poder Executivo. E alguém poderia perguntar: Mas onde estamos dando um cheque em branco ao Poder Executivo? Isso não acontecia no Governo anterior? Secretários do Governo tentaram passar essa imagem! Com toda certeza, não! Mesmo em anos anteriores, quando eu era Governo, e como relator do Orçamento, sempre coloquei no Orçamento dispositivos que atendessem os anseios da Oposição, mas sobretudo para que protegessem o Poder Legislativo. E aí tivemos uma preocupação de fazermos um quadro comparativo, porque muito se falou Governo passado, Governo atual. Muito conversa fiada e pouco realidade estatística.

Por exemplo, o orçamento elaborado em 1998 para vigorar em 1999 por excesso de arrecadação tínhamos 5% de suplementação. No ano de 2000, orçamento elaborado em 99, tínhamos 5% por excesso de arrecadação. No ano de 2001, o orçamento elaborado em 2000 tínhamos 5% por excesso de arrecadação. No ano de 2004 temos 5% por excesso de arrecadação. Aí alguém poderia dizer assim: mas no Governo passado não existia essa história de projeto/atividade. Existia, sim!

Antigamente era artigo 9º inciso 2. Hoje é artigo 12 inciso 2 da Lei Orçamentária. É só ler que vamos ver que em 99 foi assim, 2000, 2001, e em 2004 é assim. Para quê? Para manter uma das poucas prerrogativas que temos na mão do Poder Legislativo!

Mas com relação às dotações definidas nesse orçamento, que efetivamente a grande discussão é esse cheque em branco que dá o Poder Legislativo ao Chefe do Poder Executivo. O que dizia a lei elaborada em 1998 que também estabelecia o projeto/atividade? Estabelecia 5%! Vigorou em 1999.

O que estabelecia a lei elaborada em 1999 e que vigorou no ano de 2000? Estabelecia 5%. Em 2001 o que dizia? Dizia 8% de suplementação por projeto/atividade. Em 2004? Foi a lei que votamos no final do ano. Dizia 9%. Veja só, 5%, e, 2000; 2001, 8%; 2004 9%! Vejo alguns parlamentares desta Casa que têm o deslante de ir à imprensa, e acredito que seja muito mais por falta de conhecimento do que por outra razão, dizer que isso nunca foi assim no Governo anterior ou no Governo passado. Mas e a compensação e a conversão de fontes?

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria da aquiescência de V. Exa. para me inscrever - como o Deputado Durval Amaral está encaminhando contra - para encaminhar a favor do projeto.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

A Liderança do Governo não aceita nenhum Deputado. Se o Deputado Rossoni quiser usar do seu mandato para isso, ele que declare voto favorável ao governo, porque não vamos aceitar, aqui, brincadeira de se inscrever para usar tempo, que é destinado....

(Vozes paralelas)

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente fui tratado de forma jocosa! A minha inscrição para encaminhar o projeto a favor é com todo o respeito que o projeto merece. Se vou encaminhar a favor, é claro que votarei favorável. O Líder do governo, Deputado Stica, que é um grande parlamentar, tem que aprender algo: nessa Casa não prospera a imposição. V. Exa. não tem o direito de chegar a este parlamentar, com 51 anos de idade, cabeça branca.....

(Vozes paralelas)

Eu queria pedir a V. Exa. que me inscreva. Quero encaminhar este projeto a favor. Tenho que colocar, aqui, que fui interrompido pelo Líder do Governo que quer se impor a minha posição. Vou encaminhar favorável e vou votar favorável.

V. Exa. tem um poder monstruoso como Líder do Governo, mas jamais para impor a sua vontade a este Parlamentar, porque não me curvo a poderosos. O governador de V. Exa. disse, que quem vota contra esse projeto é um imbecil! E eu vou votar a favor, para não ser um imbecil!.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Com relação à compensação Sr. Presidente, no ano de 1998, quando elaboramos o Orçamento para vigorar, em 1999, o percentual era de 10% que acabou sendo contemplado no Orçamento. No ano de 2000, o percentual era de 30%. No ano de 2001, também o percentual era de 30%. Ouvi aqui algum parlamentar dizendo, que o limite era de 30%. Ora, o limite era de 30% não para a suplementação do total do Orçamento, era de 30% para a compensação e a conversão de fontes. É importante que cada parlamentar saiba o que significa a compensação e a conversão de fontes. Imaginem se nós fôssemos dar 30% sobre 12 bilhões, quantos bilhões de reais estariam faltando na questão orçamentária? Em 2004 houve uma pequena redução de 30, para 15%.

Sr. Presidente, tanto eu, como o Deputado Luciano Ducci, apresentamos algumas emendas nessa questão orçamentária. Eu, por exemplo, propus para o excesso de arrecadação, hoje, no orçamento de 2004, que continuasse a expressão projeto/atividade e vigorasse a partir daí 10% como projeto/atividade.

Para as dotações definidas nesse Orçamento de 9% fiz uma emenda.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Pedindo escusas ao orador que usa a tribuna e, talvez, não precise dos cinco minutos, eu gostaria de me inscrever para a Liderança do Governo, para fazer a defesa contra as emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Das dotações definidas neste Orçamento, que é exatamente estes 9%, que o Governo, agora, quer excluir a expressão "Projeto/Atividade", nós estamos propondo 15%. E na compensação e conversão de fontes, 20%. qual é o âmago desta questão? Qual é a questão fundamental? Por que o governo insiste tanto em desmontar a peça orçamentária, e é tão bem elaborada e votada na Assembléia Legislativa? Por uma questão muito simples. Eu acredito até, que se trata muito mais da própria desorganização e da falta de previsão do Governo do que qualquer outra coisa.

Por quê? Quando se elabora o Orçamento, quanto maior a flexibilidade que a Assembléia Legislativa possa dar para os técnicos do Orçamento, mais fácil fica a elaboração; requer menos estudo, menos dedicação, menos elaboração. Claro! Porque ele conta com esta dívida maravilhosa, esta negação da própria Assembléia Legislativa que nós estamos querendo perpetuar nesta tarde, sabedores que são que poderão ter o beneplácito da Assembléia Legislativa; eles não querem elaborar o Orçamento. Por exemplo, eles não querem determinar quais são as creches, os postos de saúde, as escolas que serão construídas lá em Foz do Iguaçu, porque eles não querem determinar pelo projeto/atividade. Eles não querem determinar quais são as creches, os postos de saúde, as escolas que serão construídas lá em Foz do Iguaçu, porque eles não querem determinar pelo projeto/atividade. Eles não querem, por exemplo, determinar quais são as obras que serão realizadas em Ponta Grossa. Não querem determinar quais as estradas que serão construídas, com precisão, porque eles sabem que ali é uma colcha de retalhos. Depois, se faltar recursos para uma obra, suplementa com outra. Enfim, acerta o orçamento.

Como diz o ditado popular: "no andar da carruagem, as abóboras vão se assentando". Mas, isto é a negação da própria essência legislativa, na prerrogativa que todos temos da elaboração orçamentária. Nós não podemos nos curvar, não podemos abrir mão desta prerrogativa. O Executivo que melhor se equipe. O Executivo que melhor elabore a peça orçamentária. Ele que defina por projeto/atividade quais são as obras de estrada que vai realizar no ano de 2004, no ano de 2005, defina quais serão as estradas que serão conservadas, defina quais serão as escolas construídas, quais serão as creches que serão feitas, quantas ambulâncias serão compradas. Que todos nós venhamos a definir com precisão, na Assembléia Legislativa, quais são, efetivamente, as obras que vamos poder levar para nossos municípios.

Eu, sinceramente, fico pensando enquanto o Deputado Valdir Rossoni disse que iria fazer a discussão a favor deste projeto, talvez assista razão a V. Exa. Talvez assista razão mesmo! Talvez nós, da Oposição, estejamos fazendo o jogo errado aqui na Assembléia Legislativa. Talvez a Oposição deveria, mesmo, discutir, encaminhar e votar a favor desta matéria. Sabe por que? Porque seria uma maneira concreta de o Governo ignorar a existência da Assembléia Legislativa. Seria uma maneira objetiva de o Governo não atender a reclamações, às reivindicações dos Prefeitos, que aliás, não procuram os deputados da Oposição, procuram os Deputados da Base do Governo.

E os Deputados da base do Governo, não é assunto meu, não é problema meu, muitas vezes não conseguem fazer aquilo que o Deputado Rossoni fazia, que o Deputado Durval Amaral fazia, que o Deputado Kielse fazia, que os Deputados da Base do Governo passado faziam. Levavam, duzentos, trezentos, quatrocentos mil, um milhão de reais para seus municípios.

Agora, por que é que levaram? Por que fizeram isto? Porque souberam restringir as prerrogativas do Poder Executivo. De tal sorte que ele precisava da Assembléia Legislativa para aprovar as suas matérias na questão orçamentária.

E acho, Deputado Rossoni, que o senhor vai encaminhar bem essa matéria, vai discutir bem, até pela aprovação dessa matéria. Por quê? Para nós de Oposição, não para o bem do Paraná, porque para o bem do Paraná melhor seria que o Governo pudesse estar construindo estradas, construindo escolas, creches, postos de saúde, atendendo os Deputados nos pleitos e em seus clamores, readequando estradas rurais. Melhor seria isso para o Paraná.

Para nós essa inércia do Governo só favorece a Oposição. Mas temos certeza absoluta, do resultado da próxima eleição quando, com toda certeza, o candidato de Oposição será e fará uma grande votação sobre esse inquilino do Palácio Iguazu. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Mas veja bem, não se trata de uma questão de ser Oposição, Deputado Rossoni ou de ser Situação. O cerne da questão é a prerrogativa do Poder Legislativo.

Veja só, ao invés dessa maluquice que vamos fazer de tirarmos a expressão projeto/atividade vamos dar a prerrogativa ao Executivo, aumentando para 10, 15, 20% por projeto/atividade. O que isso significa Presidente? Significa manter o orçamento verticalizado. Significa que o Governo pode suplementar o Orçamento dentro dos projetos/atividade. Se é para conservação de estrada, suplementa para conservação de estrada. Se é para construção de creches, suplementa para construção de creches.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Sr. Presidente, pedi verificação de quórum, porque os Deputados não estão presentes na Assembléia, na sua maioria.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para prosseguimento da Sessão são necessários 18 deputados.

Há quórum para prosseguimento da Sessão; não há quórum para deliberação.

O SR. DURVAL AMARAL

Efetivamente acho que nós estamos tratando de maneira enviezada essa questão. Não se trata de uma batalha entre Situação e Oposição. Aqui, no passado, se usou muito a expressão rolo compressor, a coisa que para mim soa mal. Não é rolo compressor; é o direito da maioria de se fazer prevalecer sobre a minoria. Nós poderemos ser derrotados, até de uma maneira esmagadora, mas não é uma questão de rolo compressor.

O que nos causa revolta é indignação muito maior é o não cumprimento do Regimento Interno. Efetivamente isso nos deixa assim extremamente preocupados, porque o Regimento Interno é feito para preservar a

minoridade. Quando nós levantamos uma questão de ordem efetivamente a matéria mesmo não estando incluída na Ordem do Dia, passa-se por cima do Regimento Interno, isso nos causa realmente uma preocupação muito grande. Fora disso, não. Acho que a maioria tem condições de votar, ganhar no voto. Não há problema algum. Não é uma batalha entre Situação e Oposição.

Estou tentando alertar os Deputados de Oposição que gostaríamos efetivamente que o Governo continuasse nesse mesmo diapasão, sem atender ninguém, sem atender os Prefeitos. Nós já estamos até felizes Deputado Elio Rusch, os Prefeitos que não vinham mais aos nossos gabinetes têm voltado com muita frequência, pela inércia e pela inoperância desse Governo. E a gente sabe quanto isso é prejudicial para os Deputados da Base do Governo.

Mas não é essa a questão. A questão é, a Assembléia Legislativa vai abrir mão da sua prerrogativa. É submissão demais. Excluir a palavra “expressão projeto/atividade” é submissão demais da Assembléia Legislativa, e eu não entendo essa submissão como ouvi alguns falarem que isso não existia nos governos passados.

Posso ler aqui, já disse, estatisticamente eu peguei aqui, nobre Deputado Stica, Deputado brilhante que é Líder do Governo, como era em 90, olha desde 1998, 2000 vou dizer-lhe vou até ler, porque fica mais fácil ler do que dizer, obrigado pelo aparte que vai ser esclarecedor. A Lei Orçamentária de 2000, atendendo um apelo do Deputado Stica, porque ele também não tem obrigação de conhecer essa questão, ele não era Parlamentar na época, é recente na Casa, mas nem por isso menos brilhante, um Deputado extremamente preparado e brilhante, mas vou ler para ficar mais fácil a compreensão.

O projeto foi encaminhado, em 99, virou lei em 99 para vigorar no ano de 2000, hoje é artigo 12; antigamente era artigo 9º, dizia assim: “Inciso 2, abrir créditos suplementares até o limite de 5% por projeto/atividade das dotações previstas nesse orçamento decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da Administração Indireta para aplicação em programas aprovadas por essa lei, utilizando-se como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320, 17 de março de 1964”

Vamos fazer um comparativo com a lei atual. O mesmo inciso 9º, artigo 2º; está agora no artigo 12, inciso 2º: “abrir créditos adicionais até o limite de 5% por projeto/atividade das dotações previstas nesse orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios e fontes vinculadas”

Vamos lá, o artigo 4º, isso me causa mais preocupação, porque aí é indução em erro, e nós não podemos induzir os Parlamentares em erro, isso é mais grave, eu acho que o senhor está com o raciocínio equivocado. Quando falo em 30% que até eu não queria declinar o seu nome aqui, quando o senhor falou para a imprensa que antigamente era 30%. O senhor esqueceu de dizer que

esses 30% não se referia a suplementação orçamentária como um todo. Eu sei que não por maldade e nem para induzir a imprensa em erro, e não é a sua intenção em induzir os seus Deputados da Base em erro, até porque o Líder conduz sempre para um caminho seguro.

No inciso 4º, que hoje é 15%, na Lei de 2001 era de 30%. Por quê? Isso é compensação e conversão de fontes. O que é conversão de fontes? Eu quero aqui dar aula a ninguém, mas muitas vezes os técnicos de Orçamento, na pressa, vão construir, por exemplo uma estrada, então eles não têm fonte 00, que é fonte de recursos, não têm recursos tributário para prever a construção dessa estrada. O que eles fazem? Colocam fonte 07!

O que é 07? É recurso vindo do Governo Federal, mas essa fonte não se realiza, não vem o recurso do Governo Federal, e o Governo quer construir a estrada. O que ele faz? 30% de conversão de fontes! Se ele tem recursos, por excesso de arrecadação ele suplementa, ele faz a conversão de fonte, pega a fonte 07 e transformação em fonte 00; é um artifício e faz a obra.

Então, não é 30% como o senhor estava se referindo, não ao inciso 4º, o senhor estava falando ao inciso 4º quando falou em 30%. O que o Governo quer é muito pior do que isso, vamos dar 30% para conversão de fonte, tem o meu apoio, vamos dar 40%, apoio, acho que é razoável, agora não podemos dar um limite de 9% para suplementar o Orçamento de trás para frente, de frente para trás, sem que a Assembléia seja ouvida, porque isso é sobre o total do Orçamento. Estaremos falando de mais um bilhão de reais de suplementação orçamentária sem ouvirmos a Assembléia Legislativa. E como era isso nos anos anteriores. Tenho aqui: em 1999, era 5%; em 2000, 5%, em 2001, 8%; em 2004, 9%; e a nossa emenda é de 15%.

Vejam só a razoabilidade. Mesmo sendo relator do Orçamento e da Base do Governo sempre fui muito módico e muito cauteloso para que nunca desse mais prerrogativas ao Executivo do que ele mesmo precisa. E o que é delegar para o Executivo aquilo que ele realmente precisa? Por Exemplo: suplementação orçamentária para pagar despesa de pessoal. Poderíamos dizer aqui 20% a 30%. Não. Não tem limite. Não tem limite no Orçamento. Como também não tem limite no Orçamento para que o Governador suplemente o Orçamento para pagar os encargos da dívida. Poderíamos limitar isso a 5%, 10%. O que estaríamos fazendo? Fazendo que o Governo pagasse um custeio da dívida, um juro da dívida do Estado atrasado. Isso seria danoso para o Estado do Paraná.

Estamos dando um cheque em branco para o Executivo. Estamos anulando a Assembléia Legislativa. Se algum Parlamentar hoje de Situação, ontem de Oposição viesse me pedir a receita do bolo, diria que a receita é exatamente essa.

Isso não é romper com o Governo. Isso não é passar o rolo compressor sobre a Oposição. Isso é bom senso, equilíbrio, manter as prerrogativas da Assembléia

quantas forem as suplementações. Tantas quantas forem as suplementações orçamentárias que precisarem que submetam aqui para esta Casa, vamos aprovar todas. A grande diferença e a receita do bolo é que nós, da Oposição, só vamos votar a matéria. E você, Deputados de Situação poderão ser atendidos!

Mais claro que isso é impossível! Mas o pior, não estou querendo ensinar a receita do sucesso aos Deputados da Situação, mas o fundamental é manter a prerrogativa da Assembléia Legislativa. Vamos votar favoravelmente as emendas. O Governo do Estado terá uma possibilidade maior, terá uma margem maior para suplementar o Orçamento. Se for o caso, poderemos até, com acordo, aumentar os limites, mantendo a palavra projeto/atividade. A Assembléia terá a prerrogativa na sua mão. Não vamos delegar uma das nossas poucas funções.

O Governador Roberto Requião é um homem inteligente, tenho dito isso sempre ao Deputado Anibelli. Mas, se tem uma coisa que o Governador Roberto Requião não respeita, é a submissão. Não respeita quem não contradiz. Não respeita quem não se impõem. E a Assembléia nesse momento está sendo submissa. Não está se impondo, está dizendo não a si mesmo. Está negando a si mesma e, com toda certeza, a fatura será muito cara para a Assembléia Legislativa e muito mais custará aos Deputados da Situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Como há dois inscritos para...

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, requeiro verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, esta Presidência constata quórum normal para procedimento da Sessão.

Quando tivermos a deliberação...

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu gostaria que V. Exa. fizesse chamada nominal!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Chamada nominal é prerrogativa do Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, não é prerrogativa do Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É prerrogativa do Presidente no momento em que o Deputado pedir verificação de votação, de solicitar chamada nominal!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, tem que haver quórum para que a Sessão possa ter prosseguimento!

O SR. NATÁLIO STICA

Vinte e seis presentes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não há quórum!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está solicitando verificação de quórum para prosseguimento da Sessão?

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero verificação e chamada nominal!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, desculpe, V. Exa. está solicitando...

O SR. VALDIR ROSSONI

Estou pedindo chamada nominal...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e três senhores Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há quórum para prosseguimento da Sessão e deliberação, inclusive.

Consulto ao Deputado Stica, V. Exa. encaminhará favoravelmente ao projeto? V. Exa. tem a palavra por 30 minutos.

O SR. NATÁLIO STICA

Encaminho favorável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Para o bom êxito da governabilidade, nós pedimos voto favorável ao Projeto 002/2004.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Presidente.

Apenas para registrar a presença, na tribuna, do Leonaldo Paranhos, Vice-Prefeito da Cidade de Cascavel, que, segundo nos consta, nos primeiros dias irá assumir uma cadeira aqui na Assembléia Legislativa. Está presente na Sessão de hoje, nosso amigo da Cidade de Cascavel, que sem sombra de dúvidas, se assumir a cadeira, vai enaltecer o trabalho desta Assembléia principalmente para o Oeste do Estado do Paraná.

Da mesma forma o Pedro C. Rempel, conhecido como "Pedrinho", que vem lá da Cidade de Marechal

Cândido Rondon, hoje está em Cascavel, Presidente da CONAVEL, prestando um grande serviço com o nosso Prefeito Edgar Bueno.

Então, são duas lideranças expressivas do Oeste que estão presentes nesta Sessão.

Muito obrigado pela presença, sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Com a palavra, o Deputado Elio Rusch, por trinta minutos. V. Exa. encaminhará contra? Perfeitamente.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Inscrevo-me para falar favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch com a palavra, por trinta minutos.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto que está em discussão é da mais alta envergadura, ainda mais quando se refere a um Projeto de Lei Orçamentária. É através do Orçamento que o Governo pode balizar ou executar as suas obras. O Orçamento, na verdade, é uma projeção da Receita quando ele projeta uma Receita e fixa a Despesa. E o Executivo quando encaminha à respectiva Casa, o Prefeito às Câmaras Municipais, o Governo do Estado à Assembléia Legislativa e o Presidente da República ao Congresso Nacional, cabe exatamente ao Parlamento aperfeiçoar aquilo que os Parlamentares entendem.

Nós, aqui na Assembléia Legislativa, já por alguns mandatos, tivemos privilégio de ser deputado no primeiro Governo do Roberto Requião, de 90 a 94, já apresentávamos emendas desde então, e assim, sucessivamente. Depois, com o governador Jaime Lerner, no primeiro mandato, 2º mandato, e agora mais uma vez com o Governador Roberto Requião.

O que antecede o Orçamento é a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além desses dois projetos de suma importância, que é o Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós também temos o Plano Plurianual, Tudo isso faz parte de um grande projeto que envolve o Parlamento para aperfeiçoar, discutir e levar exatamente ao plenário aquilo que cada Parlamentar entende que seja melhor para o Estado, para a região que ele representa, ou mesmo para o Município.

Muito bem! Com o passar do tempo, nós acabamos aprendendo cada vez mais, ou desaprendendo na vida do Parlamento. Alguém já disse que nunca se aprende tudo, sempre você torna alguma coisa mais acessível e você capta algum conhecimento a mais, por mais insignifi-

cante que seja a discussão ou a reunião que você participa.

Mas, no Orçamento que nós estamos discutindo, nesta Sessão, é um fato curioso. Eu fui Vereador, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, por quatorze anos, dos quais sete anos eu fui Presidente da Câmara. Aqui, no Parlamento do Paraná eu estou no quarto mandato, eu nunca vi o Parlamento após aprovar a LDO e o Orçamento de um ano, lógico que ele prevalece, e ele é aplicado no ano seguinte: O que aconteceu com o Orçamento ora em vigor no Estado do Paraná?

No ano passado, a Assembléia Legislativa recebeu do Governo do Estado, a Mensagem do Orçamento, junto com a previsão orçamentária, veio a Lei e abriu-se o prazo para que os parlamentares pudessem apresentar as suas emendas, tanto no Orçamento, mesmo na própria lei. Inúmeros Deputados apresentaram as suas emendas, dizendo de onde sai a fonte, aonde queria suplementar, qual a obra que ele queria que fosse incluída no Orçamento e, assim, sucessivamente, além de nós mexermos no Orçamento, no programa do Governo do Estado.

Nós também, através dos nossos Deputados, através das emenda, foram apresentadas emendas na Lei Orçamentária. A Comissão de Orçamento aqui na Assembléia Legislativa, presidida pelo eminente Deputado Ademir Bier, fez um trabalho exaustivo. Sei que não foi fácil separar centenas até milhares de emendas apresentado ao Orçamento. Como também não foi fácil conseguir selecionar as melhores emendas que viessem alterar a Lei Orçamentária, que está em vigor este ano, mas, no final, prevaleceu o entendimento, o bom senso.

Aliás, eu sempre digo, não tem nada que uma boa conversa não resolva. Onde existe o diálogo, há uma grande possibilidade de existir um bom entendimento e esse bom entendimento houve e existiu no ano passado, na Comissão de Orçamento, onde foram acatadas as emendas de cada Deputado, no valor de um milhão de reais e, que seriam implantados este ano. Foram acolhidas algumas emendas coletivas. Aliás, emendas coletivas que muitas vezes nós até temos que discutir ainda, porque, me preocupa muito, quando eu vejo pela imprensa, algumas pessoas, falarem exatamente de algum hospital, aqui da Capital do Estado, que foi beneficiado com uma emenda coletiva, o Hospital Erasto Gaetner. Parece-me que até hoje, não foi liberado nenhum centavo referente a esta emenda.

Acho que isso se aplica muito mais, eu acredito, para os Deputados daqui da Capital do Estado, embora que eu seja lá do Oeste do Estado, mas lá do Oeste vem muita gente para o Erasto Gaetner para ser tratado, infelizmente, de câncer.

Então, nada mais justo, Deputado Jocelito Canto, que todos os Parlamentares, parece-me que quarenta e poucos Parlamentares subscrevem essa emenda, e nada mais justo, Deputado Natálio Stica. V. Exa. que é Líder do Governo, fazer com que o governo efetive a emenda.

Se não atende as emendas dos Parlamentares no mínimo atenda às emendas coletivas, principalmente daquelas que têm cunho social e voltada para a saúde, que é o caso do Hospital Erasto Gaetner.

Eu poderia citar outros exemplos em relação àquilo que aprovamos aqui. Mas, o que causa muita surpresa e até de certa forma fica complexo, analisarmos essa emenda que o Governo do Estado manda, Orçamento que nós aprovamos e que ele próprio sancionou no ano passado. Ora, se o orçamento tivesse sido elaborado por um Governo anterior e este teria assumido este ano, ele teria todos os motivos, até plausíveis, para mandar para a Assembléia uma mudança na Lei Orçamentária, mas se foi este Governo o inquilino do Palácio Iguaçu que mandou a mensagem para a Assembléia Legislativa, aqui foi discutido, devolvido para o Governo do Estado, ele sanciona a lei. Ele próprio agora devolve para a Assembléia Legislativa e pede alterações.

Isso, no mínimo, nos causa estranheza. Hoje, tivemos, aqui, o Sr. Leopoldo falando sobre uma obra do Governo Municipal. E muitos Deputados levantaram a questão de que oito milhões seria super faturado, seria um absurdo destinar esses recursos para fazer asfalto. O Deputado Luiz Carlos Martins levantou, levantamos essa questão e sabemos que esses oito milhões não são exclusivamente para a construção do asfalto das rodovias, mas complementam outras obras.

Agora, no Orçamento do Governo do Estado que pede agora uma suplementação de 9% sobre o total do Orçamento, o nosso Orçamento que está baseado em doze bilhões de reais, Deputado Augustinho Zucchi, 9% chega à casa de um bilhão de reais que o Governo do Estado, a bel-prazer, pode destinar, suplementar e aplicar onde bem quiser. Fica muito difícil até para os Deputados que dão sustentação ao Governo, aqui na Assembléia Legislativa.

Temos, no Oeste do Paraná, por exemplo, uma estrada que foi iniciada pelo ex-Governador, que liga Toledo a Quatro Pontes. Essa estrada dá algo de 35 quilômetros, já concluídos trinta, faltam pouco mais de cinco quilômetros para a conclusão. Não me recordo qual é a dotação orçamentária que está no Orçamento para essa obra. Se aprovarmos a proposta como o Governo do Estado quer, não existe motivo nenhum para o atual Governo dizer que não pode terminar a obra por falta de recurso, porque recurso ele teria. Estamos dando esse cheque em branco para o Governo do Estado.

Eu, como Parlamentar, nunca presenciei isso. Nunca vi isso na história do Parlamento, nem na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon e nem na Assembléia Legislativa aquilo que estamos discutindo neste momento. Outra obra tão esperada, é o aeroporto regional. Todas as lideranças do Oeste já se reuniram, pediram ao Governo para que fosse construído esse aeroporto. O Secretário de Transportes informou, através de uma correspondência, que não teria rubrica orçamentária. E tem rubrica orçamentária para a construção

desse aeroporto. Esse aeroporto não se constrói com um milhão, dois milhões, é muito dinheiro que precisa para a construção desse aeroporto. Embora o Governo do Estado queira dizer que esse aeroporto em Cascavel não é necessário, porque não existe clientela! Mas poderíamos dizer para o Governador, que o aeroporto internacional que se pretende construir na Cidade de Cascavel não é só para passageiros, é para cargas. O que vamos fazer hoje? Aprovando da forma como o Estado quer, quero ver os Deputados do Oeste, que dão sustentação ao Governo, dizer que não tem recurso no Orçamento, porque o governo tem! Lá tem dois milhões de reais, tem quinhentos milhões para determinadas obras neste aeroporto e não existe mais motivo. Deputado Carlos Simões, para o Governo cair fora! Vamos mandar um cheque em branco ao Governador Requião. Aliás, a Assembléia Legislativa, os Deputados, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, não mais vai cumprir o seu papel e a sua função, que é fiscalizar e exigir que o Governo, efetivamente, cumpra com aquilo que diz exatamente o Orçamento.

Muitas pessoas dizem: ah, mas no Governo passado era diferente.

Vamos pelos números. O Deputado Durval - não sei se falou, se já falou, me desculpem os Deputados, se vou me tornar repetitivo -, no governo passado, para o excesso de arrecadação, a Assembléia Legislativa, sempre fomos taxados como rolo compressor. "Ah, o rolo compressor funciona, aqui, na Assembléia Legislativa." Se o rolo compressor funcionou no passado, ao menos as prerrogativas do Deputado nunca foram tiradas! Os Deputados tinham na mão o Executivo, porque este não poderia jamais suplementar de tal forma, como a folha executiva do Estado do Paraná queria.

Em 1999, quando aprovamos o Orçamento, em 1998, diga-se de passagem, foi um ano eleitoral, quando a mensagem veio para a Assembléia Legislativa, foi antes das eleições. Quando aprovamos o Orçamento, Deputado Durval, sabíamos o resultado de 1998. O Jaime Lerner tinha sido reconduzido para o Palácio Iguaçu. Podíamos muito bem usar o rolo compressor, na Assembléia Legislativa, e dar 9%, 15%, 40%, 50% ou até sem limite, para o Governo suplementar a dotação no excesso de arrecadação. Não! Fomos cautelosos. Tão cautelosos, Deputado Durval Amaral, que V. Exa. era relator do Orçamento. Se não me falha a memória, o Presidente da Comissão de Orçamento era o Deputado Cezar Silvestri. Naquela época, os Deputados eram da Base do Governo, mas vocês tomaram cuidado, Deputado. Embora tivéssemos a maioria, vocês deixaram apenas 5% de suplementação, em 99, que era o primeiro ano do Governo Jaime Lerner no segundo mandato. Poderia ter deixado 15, 20, 30, 40, mas vocês não o fizeram.

Em 99, no primeiro ano do Governo Jaime Lerner, no segundo mandato, veio novamente a mensagem, e vocês, na Comissão de Orçamento, mais uma vez aplicaram o mesmo percentual, 5% de excesso de arrecadação à suplementação, quando na verdade poderia ter sido

dado muito mais. Assim também aconteceu em 2001, quando aprovamos o Orçamento no ano de 2000.

E, agora, para nossa surpresa, em 2004, quando disse o Deputado Ademir Bier, com o brilhantismo que preside essa Comissão, Deputado Marcos Isfer relator do Orçamento, deixaram também esses mesmos 5% no excesso de arrecadação. Tem uma emenda que não sei se é do Executivo ou se é de algum Parlamentar, que está solicitando 10%! Ora, Deputado, com sua permissão, tenho o Requerimento nº 755 sobre a mesa, de autoria do Deputado Delegado Braddock, constante do expediente, solicitado a prorrogação pelo período de duas horas da presente Sessão Ordinária.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Peço a verificação de votação e chamada nominal ao mesmo tempo.

O SR. NEREU MOURA

Peço chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e cinco Deputados responderam à chamada nominal. Há quórum para deliberação.

Vamos á votação. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados favoráveis, queiram levantar-se. Vinte e oito Deputados favoráveis.

Os Deputados contrários à prorrogação da Sessão, queiram levantar-se.

Quatro Srs. Deputados manifestam-se contrários.

(**Aprovado o requerimento**)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu estava falando sobre o percentual dado aos Governos passados e ao atual Governador Roberto Requião, no que diz respeito ao excesso de arrecadação. Vamos pegar um outro número, Sr. Presidente, sobre o projeto/atividade. É aquilo que o Governo do Estado pode usar, suplementar a referida obra dentro da rubrica no exercício em curso.

Como sempre foi falado e faço questão de reprimir, que no passado sempre falam "isso é culpa do Governo

passado”; não conseguimos fazer porque pegamos o Governo esculhambado. E se dizia na época que no Governo usava o rolo compressor e dava-se exatamente aquilo que o Governo queria. E os números não confirmam isso. E isso não é verdadeiro.

Para que fique registrado exatamente nos Anais desta Casa, para que no futuro possamos mostrar para os futuros parlamentares aquilo que aconteceu no passado e aquilo que está acontecendo hoje.

Só existe uma coisa, Deputado Augustinho Zucchi, é o tempo. O tempo é a razão de si. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou de desmentir as pessoas.

Então neste um ano e quatro meses de Governo Roberto Requião, já desmente tudo aquilo que os Deputados de Oposição ao Governo Jaime Lerner diziam daquela tribuna. Estão fazendo a mesma coisa e muito pior. E mostra os números. Por que pior? Porque em 1999, o Orçamento que nós aprovamos, volto a dizer, no ano eleitoral em 1998, nós suplementamos em 5% as dotações definidas nesse Orçamento, no que diz respeito ao projeto/atividade.

Para o exercício do ano 2000, nós suplementamos novamente 5% para que o Governo pudesse remanejar as verbas dentro do projeto/atividade, não sobre o global do Orçamento. Aí está a grande diferença. E aí volto a dizer novamente que os Deputados que integravam a Comissão de Orçamento, tendo como Relator o Deputado Durval Amaral, junto com o Líder do Governo, muito bem poderiam ter dado um cheque em branco para o Governo, mas vocês não fizeram, para o seu Governo! E o senhor era do PFL, Deputado Durval Amaral, o senhor limitou em 5% de remanejar as rubricas no Orçamento dentro do projeto/atividade.

Para o ano 2001 e quando aprovamos o projeto no ano 2000, suplementamos e demos 8% para projeto/atividade ao Governo do Estado do Paraná.

As outras questões que já foram elencadas e levantadas pelo Deputado Durval Amaral, mas que nós, como Parlamentares, não podemos concordar jamais, porque, se no passado diziam, Deputado Kielse e a V. Exa. que era Deputado do nosso partido e que integrava a Base do Governo, nunca fizemos isso com o Paraná. Acho que temos que assegurar aquilo que a Assembléia Legislativa possa efetivamente fazer, e a forma de nos valorizarmos é através do Orçamento, fazer com que o Governo do Estado informe, no mínimo, aquilo que ele pretende fazer e quais os projetos que queira realizar. Da forma como está, da forma como o Governador Roberto Requião quer, nós, aliás, acho que não precisa mais da Assembléia Legislativa, em questões orçamentárias, em questões financeiras deixamos como está, o Governador faz tudo.

Será que é isso que nós queremos, será que é isso que efetivamente os Deputados da Base do Governo, principalmente os Deputados do PT, aliás, o PT, que sempre pede a fiscalização de todos os atos, e nós queremos tirar essa prerrogativa que é nossa, fazer com que nós, Parlamentares, não possamos opinar, que nós Deputados

do Parlamento do Estado do Paraná, não ficamos sabendo aonde o Governo vai aplicar o dinheiro! Ora, eu acho que o tempo, como eu disse, é a razão de si, como é que nós Deputados que no passado demos uma suplementação sobre o projeto/atividade, e agora ele quer uma suplementação sobre o total do Orçamento.

Eu disse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não podemos dar um cheque em branco, e não é possível que o Governador queira isso. Aliás, o Governador do Paraná saiu do Parlamento, ele foi Deputado Estadual, passou por esta Casa, foi Senador da República, aliás um brilhante orador. Aqui na Assembléia eu não tive o privilégio de ser Deputado junto com o atual Governador, mas eu via pela imprensa, eu lia aquilo que o Governador Roberto Requião dizia quando era Governador, e as suas afirmações no Congresso Nacional, no Senado da República.

Agora, um homem que sai do Parlamento e que vai para o Executivo, e quer tirar as prerrogativas do Poder Legislativo, isso que eu não posso entender! Posso até admitir que o Lula, Presidente da República, que não tem a vivência do Parlamento, a não ser um mandato de Deputado Federal, que ele possa planejar isso, posso até admitir que um Governador, um Prefeito, que não tenha sido batizado pelas urnas para assumir uma cadeira num Poder Legislativo possa incorrer, eu diria até, num erro como o atual Governador queira.

Ou será que o Governador tem medo que a Assembléia Legislativa não aprove, ou será que ele tem medo que a Assembléia Legislativa possa levantar qualquer suspeita sobre a obra, sobre o valor? Isso nos dá o direito de pensar desta forma, porque se um homem é democrático, se o administrador público, se o Executivo quer ser transparente, ele tem que começar com o Orçamento, tem que ser transparente com o Parlamento, transparente com aquilo que ele queira fazer no Estado, ou no Município no qual ele administra. Não pode o Governador jamais querer fazer isso.

Quero entender que o Governador, quando mandou esta mensagem para a Assembléia, não tenha lido. Quero entender que o Líder do Governo, Natálio Stica, que é do PT, sempre pede a fiscalização, se ele pensou naquilo que vamos votar hoje.

O projeto pede um cheque em branco. Os Deputados Durval Amaral e Luciano Ducci até que estão sendo generosos com o Governo. Estão apresentando uma emenda além daquilo que ele já tem no Orçamento. E o que ele já tem no Orçamento já é bem maior que o Governo passado. E nós é que fomos taxados de ditadores, de rolo compressor!

Agora, este Governo, que se diz democrata, do velho PMDB de guerra, uma administração clara e transparente, não dá oportunidade para os Deputados saberem o que está acontecendo no Estado do Paraná.

Se for aprovado esse projeto da forma como ele veio, estaremos aqui no dia que o Governo sancionar essa lei, cobrando o Aeroporto de Cascavel, porque ele terá dinheiro suficiente, aliás rubrica suficiente para fazê-lo.

Terá dinheiro para concluir essa obra, que é uma vergonha do Oeste do Paraná, que é o asfalto ligando Toledo a Quatro Pontes.

(É lhe tirado o som para finalizar o pronunciamento).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, havendo terminado o seu tempo e agradecendo a sua compreensão com a Mesa, Requerimento nº 754, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando encerramento de discussão do Projeto de Lei nº 002/2004, com base no inciso II, do artigo 157 do Regimento Interno. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Estou inscrito e regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Este requerimento precede à sua inscrição e encontra-se amparado pelo Regimento Interno e deverá ser deliberado pelo Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Qual artigo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Artigo 157, parágrafo 2º. Vou fazer a leitura para V. Exa.

(Lê o artigo 157)

Como houve a falação de três oradores, deveremos colocar este requerimento em votação.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

O artigo 157 está claro.

Tem que ser três oradores a favor e três contra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Regimento Interno é claríssimo. Deverão ser três oradores, alternadamente. Usou da palavra, contrariamente, o Deputado Durval Amaral; a favor, o Deputado Stica e usou contrariamente V. Exa. Total de três oradores. O Regimento é claro e vamos colocar em votação.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Para concluir o meu raciocínio.

O nosso entendimento é que três oradores a favor e três contra. Poderá, diz o Regimento Interno, ou qualquer Deputado, requerer o encerramento da discussão. É regimental e V. Exa. tem essa interpretação, nós concordamos em V. Exa. submeter ao Plenário.

O que lamentamos, profundamente, quando nós éramos Vice-Presidente desta Casa, no mandato passado, nós só temos que lembrar algumas histórias

acontecidas aqui na Assembléia Legislativa. Quando nós discutimos um projeto de suma importância, que era a questão do projeto de iniciativa popular sobre a revogação da lei que autorizava o Governo do Estado vender a COPEL, desta tribuna, a Sessão durou 24 horas, nós, Deputados, poderíamos ter usado esse mesmo expediente. E, em momento nenhum, nós usamos. Porque entendemos que é no Parlamento que se discute e que se aperfeiçoa exatamente aquilo que se pretende.

Mas, é regimental. Nós entendemos. Lamentamos profundamente. O autor deste requerimento que tirar o direito de discutir esta matéria de suma importância! É regimental. Usa-se o rolo compressor. A maioria vota, e a minoria esperneia. Nós estamos esperneando, mas estão tirando o direito de discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, na dúvida com relação ao encerramento da discussão, a Mesa, democraticamente, respeitando as minorias, entendeu que deveria o projeto ser colocado em discussão. Pois bem, o fizemos, democraticamente.

Há um requerimento que encontra embasamento regimental e nós submetemos o Regimento em votação e não há ordem.

Não há questão de ordem a decidir sobre esse assunto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, eu tive todo o cuidado, quando levantei uma questão de ordem aqui, me dirigi à Mesa, estava sentado, ao seu lado, o Líder do Governo e V. Exa. Eu disse que, veja a contradição que está ocorrendo neste momento.

Cheguei à Mesa e disse o seguinte, claro que já olhando o Regimento: “Sr. Presidente, aqui no artigo 157, inciso 2º, diz que três oradores podem fazer uso da palavra”. Fui lá e disse-lhe. Nem vou levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente. V. Exa. leu prontamente, e disse o seguinte para mim: “Deputado, este inciso só é válido se houver alternância de Deputados”.

Eu, rapidamente, como é do meu interesse, me inscrevi para defender o projeto, porque só tinha inscritos contra o projeto. E aí, V. Exa. disse que haveria alternância, agora eu estou inscrito para defender o projeto e me cassam esse direito!

Vejam, ainda há pouco fui a V. Exa., que me colocou que era de bom alvitre que o Deputado Stica encaminhasse antes que eu.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Por ele ser favorável.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas eu também sou favorável!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. deu a preferência ao Deputado Stica.

O SR. VALDIR ROSSONI

Porque V. Exa. achou melhor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tinha outros inscritos aqui. Estava o Deputado Elio Rusch, depois o senhor, depois o Deputado Plauto e depois o Deputado Jocelito.

Agora, me veio um requerimento com base, e eu sou obrigado a acatar o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria que V. Exa. depois decidisse a questão de ordem.

Eu gostaria de ter a possibilidade de argumentar, porque estou tendo dificuldade. Claro que estou cansado, até mentalmente.

Em primeira questão, essa que levei-lhe e V. Exa. disse o seguinte: só é válido os três, se houver alternância. Três de um lado, três de outro. Tudo bem, decide lá, e me inscreve para defender o projeto, depois fui à V. Exa. e argumentou que era bom que o Líder do Governo encaminhasse antes, ainda mais que ele me daria mais subsídios, porque eu ajudaria o Líder do Governo a fazer essa defesa.

Sr. Presidente, nós estamos quebrando o protocolo, porque, primeiro, quebrou-se um acordo com o Presidente e o Líder das Oposições, feriu-se o Regimento e a Constituição, ao quebrar esse acordo e, agora novamente fere-se o Regimento. Eu digo a V. Exa. que não acredito que V. Exa. vai colocar esse requerimento antes que este Parlamentar encaminhe, como eu estava inscrito, porque senão eles poderiam ter feito esse requerimento antes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, não há questão de ordem a decidir, apenas a esclarecer.

Mesmo que não houvesse tido o encaminhamento alternado regimentalmente, eu sou obrigado a acatar o requerimento, porque já falaram três oradores.

Em votação o requerimento.

Pela ordem, Deputado Durval Amaral, artigo 149.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Artigo 149, do Regimento Interno, da época do Deputado Anibal Khury. Por isso, nós temos também algumas dúvidas aqui.

Questiono inicialmente se o Deputado Valdir Rossoni está inscrito, e se inscreveu normalmente para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró e Jocelito Canto.

Qual é a questão de ordem, Deputado Durval Amaral?

O SR. DURVAL AMARAL

Os Deputados que desejarem, numa discussão, inscrever-se-ão, após a conclusão da matéria na Ordem do Dia.

O senhor está me respondendo que o Deputado Valdir Rossoni efetivamente está inscrito para falar.

Parece-me, eu até posso fazer um acordo aqui, com o Deputado Plauto, vamos facultar a palavra ao Deputado Valdir Rossoni e automaticamente nem sequer o requerimento precisará ser votado.

Nós encerraremos a discussão e concordaremos nesse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, eu vou submeter o requerimento a votação.

Em votação.

Para encaminhar a votação do requerimento, V. Exa. pode, por 10 minutos.

Perceba, que, se V. Exa. encaminhar por 10 minutos o requerimento, não poderá fugir ao assunto. Posteriormente, não havendo alternância, será votado. É um contra e um a favor.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente para que eu não fuja ao assunto, gostaria que V. Exa. me encaminhasse uma cópia desse requerimento, para que eu não incorra em erro.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O senhor terá uma cópia do requerimento.

O SR. ELIO RUSCH

Eu também me inscrevo para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já há o Vanderlei Iensen inscrito para defender o requerimento, e o Deputado Valdir Rossoni está encaminhando contra, o que, posteriormente, estará encerrado.

O SR. ELIO RUSCH

No mínimo tem que ser três.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Três foi para a discussão. Agora é um a favor e um contra, porque é requerimento.

O SR. ELIO RUSCH

Qual é o artigo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, nós estamos encaminhando a votação.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Estou aguardando o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

V. Exa. disse antes que o Regimento Interno deveria ser cumprido quando o Deputado pediu encerramento da discussão, porque três Deputados haviam falado. Agora pergunto: como fica a interpretação do artigo 154?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O que V. Exa. suscita sobre o artigo 154? Não é o caso, já foi regulado pelo Regimento. estamos trabalhando de acordo com o Regimento, regulados pelo Regimento, e não há discussão sobre esse requerimento.

Há encaminhamento de votação.

O SR. ELIO RUSCH

Há discussão, sim!

O SR. NEREU MOURA

É regulado pelo artigo 157 parágrafo 2º do Regimento Interno.

O requerimento está amparado no Regimento, não tem o que discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Vou me dirigir à tribuna contrariando, porque infelizmente esse requerimento teria que entrar, não no meio do processo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A qualquer hora, qualquer Deputado pode pedir o encerramento de discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quem ouviu o Presidente Lula defendendo as minorias, hoje fazem com as minorias que se calem. Tiram de um Deputado que fez 110 mil votos o direito de Encaminhar uma votação regimentalmente.

Deputado Anibelli, sei que V. Exa. se irrita com isso, mas, infelizmente, devo respeito a 110 mil paraenses que me trouxeram, aqui e todas as vezes que for desrespeitado esse regimento estarei, aqui, nesta tribuna!

Tenho certeza absoluta, Deputado Luiz Carlos Martins, de que o encaminhamento dessa questão por mais contraditório, que alguns possam achar que só foi para obstruir, serviu para que muitos soubessem o que estavam votando. Disso não tenho dúvida. Só não acredito e vou guardar, aqui, esse requerimento. está certo que o PT parece que adotou a pratica de que fazer o

que ele diz nunca, o que ele disse jamais. o requerimento, aqui, diz o seguinte; “Súmula: Requer o encerramento de discussão do projeto de lei: “Vejo as tribunas lotadas, sabe qual é a proposta que fizemos aos Deputados do Governo? Encerramos a discussão desse projeto e vamos votar o veto dos professores na segunda-feira. Sabe o que eles disseram? “Fugiram como o Diabo foge da cruz! Fugiram! Não querem votar!”

Se ouvi essa história no mês de junho do ano passado, vai completar aniversário e isso não ocorreu. Agora, estou aqui há aproximadamente 13 anos e meio, há dezesseis anos estou aqui, vai para dezessete.

Quero dizer, ao longo da história desta Casa, nunca se feriu o Regimento, como foi ferido nessa oportunidade!

Teve aqui um episódio, tenho certeza que foi o maior equívoco cometido pelo Governo Jaime Lerner e sabem quantos dias ficamos - Deputado Durval Amaral, eu gostaria do seu testemunho - discutindo o mesmo projeto? Quase 48 horas! Agora a lei é diferente. Por que a lei é diferente? Porque volto àquela velha tese, que o homem líder e governante deste Estado se acha um ser supremo! Ele tira todos os poderes da Assembléia! Os deputados que estão votando a favor do governo - vai acontecer isso para o PT no ano que vem. Atenção PT, no ano que vem, quando vocês tiverem perdido as eleições de Curitiba e quando esse velho escorpião ferrear o PT, vocês estarão aqui, deste lado da tribuna, dizendo que estão tirando prerrogativas desta Casa de Leis; aí não adianta mais mudar o discurso, porque o povo se enojou disso! Vocês prometeram 10 milhões de emprego, aumentaram um milhão, foi para 11 milhões de empregos! Eles criaram o “Primeiro Emprego” no Brasil: não geraram mais que 600 empregos! Vocês irão chorar lágrimas de sangue no ano que vem!

Aos Prefeitos que estão aqui, com a aprovação desse projeto, hoje, dessas emendas dos Srs. Deputados, que encaminharam ofício às Câmaras de Vereadores, aos Prefeitos e aos seus correligionários, foi tudo por terra, porque o Governador, em uma simples canetada, vai usar as emendas em benefício dos Municípios, em favor do que ele bem entender. O Paraná não vai ser governado onde o Legislativo discute as questões às emendas, aos projetos de suplementação que vem aqui, porque, se reprovássemos as emendas, quando viesse numa emenda - vejo o Prefeito de Laranjeiras do Sul, aqui -, algo que suspendesse uma emenda de uma Cidade, nós votaríamos contrários. Estamos votando, na verdade, contra nós mesmos!

Eu alerto ao meu caro amigo, André Vargas, Presidente do PT. Sabe o que o Requião disse outro dia? Que ele determinou o fim do PT até o final do ano! Por que ele está querendo esse cheque em branco? Porque no ano que vem, a partir do mês de outubro - o golpe vai ser antes, no mês de junho, julho, ele não precisará mais de vocês! Por que a preocupação do Governador em tirar os poderes dos Deputados? Porque ele está antevendo que terá

minoría nessa Casa. E, ao ter minoría nesta Casa, ele não vai poder subtrair os poderes desta Casa, tirando os direitos dos Municípios, que apresentamos emendas, porque sempre tivemos nesta Casa defendendo os interesses dos Municípios.

Quero propor ao deputado Durval Amaral, que entremos com uma ação na Justiça. O governo do Paraná não pode iniciar nenhuma obra, sem dar prosseguimento às obras paralisadas. Eu vi, alguns Deputados falando da rodovia, da estrada para Quatro Pontes. Eu tenho algumas rodovias paralisadas! Nós vamos entrar na Justiça, porque o Governador não está cumprindo com a lei!

E agora, ele alegou que o aumento dos professores não poderia ser retroativo a fevereiro, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não lhe permitia! Agora, no mês de maio, ele permite! Não houve aumento de arrecadação. O próprio Tribunal de Contas disse: “Não, não pode” E ele, agora, está dando. Quem iria descumprir a Lei em maio, descumpriria no mês de fevereiro!

Senhor Presidente Augustinho Zucchi, para não irritar os governistas, faltam apenas sete segundos, não quero nem usar da prerrogativa de um minuto para encerrar minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Os dez são improrrogáveis. Por exemplo. V. Exa. terminou seu tempo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se V. Exa. não tivesse interrompido, eu teria concluído. Eu encerro, aqui, mas lamento que acordos, aqui, não sejam cumpridos. E convido meus amigos opositores, que somos muitos, vamos embora, porque, Constituição, Regimento, acordo, para quê?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação.

Aprovado o requerimento.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, para encaminhar, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. VALDIR ROSSONI

Presidente, para que não haja novo requerimento, eu queria saber quantos Parlamentares poderão encaminhar favoráveis e contrários.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós vamos usar o mesmo critério.

É um a favor e outro contra. No máximo três oradores, senão, teremos que apreciar outro requerimento. Então, três oradores, um a favor e outro contra.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Desculpe-me indagá-lo, parece que hoje estamos em caminhos contrários um ao outro, mas qual dispositivo regimental no qual está se baseando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O dispositivo regimental, de acordo com aquilo que nós....

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor poderia citar o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

... já tomamos este procedimento nas outras votações.

Deputado Durval Amaral, antes que V. Exa. invoque o artigo 172, que dá a possibilidade de que cada Deputado tenha o direito de encaminhar por dez minutos, é regimental.

Agora, também é regimental, depois de três oradores falarem, que um novo requerimento possa encerrar novamente a discussão.

O SR. DURVAL AMARAL

Qual artigo está previsto?

Tenho uma seção própria, aqui, que é do encaminhamento de votação, artigo 172, é uma seção própria do regimento, que trata exaustivamente do encaminhamento de votação. Não me parece que o senhor esteja lendo isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Na verdade é o seguinte, Deputado Durval Amaral. Vamos estabelecer um Deputado a favor e outro contra, alternadamente.

V. Exa. Deputado Elio Rusch, está inscrito para contestar o projeto, e o Deputado Vanderlei Iensen está a favor. Nós vamos ter as demais inscrições.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, é importante para a Oposição, nós não sabemos se vamos respeitar todas as decisões de V.Exa. Respeitamos, aqui de Plenário, mas não sabemos se vamos acatar estas decisões a nível do Poder Judiciário. O senhor está - me desculpe a expressão - ignorando uma sessão própria, que fala do encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O encaminhamento está sendo respeito.

O SR. DURVAL AMARAL

Gostaria que o senhor citasse o artigo no qual o senhor está se baseando, porque se nós recorrermos ao Judiciário isto tem que ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval, o mesmo artigo....

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor não pode fazer esta análise, esta aplicação da norma. Discussão é uma coisa.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, o Deputado que não concordar com a decisão de V. Exa, pode recorrer ao Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Ora! Vamos lembrar o passado! Como é que um projeto que foi discutido, aqui, 48 horas, pôde durar 48 horas, com três pessoas?

Só quero que V.Exa. me faça essa matemática: como é que três Parlamentares encaminhando, dá 48 horas? Já aconteceu e nós queremos os mesmos direitos.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

V. Exa. é um deputado experiente e está usando dos seus argumentos com relação ao Regimento. Artigo do Presidente.

“Cabe ao Presidente convidar o orador a declarar previamente se vai falar a favor da proposição em discussão ou contra a mesma. Agora, a votação, é uma discussão.

O SR. DURVAL AMARAL **(Pela Ordem)**

Senhor Presidente, por favor, convidar o Deputado a declinar o assunto, não é dizer que ele obrigatoriamente vai encaminhar a favor ou contra.

(Tumulto em Plenário)

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Houve, até na votação sugerida pelo Deputado Rossoni, um incidente na Assembléia, porque um Deputado visivelmente a favor da venda da COPEL, foi defender contra, justamente para usar desse argumento regimental que foi usado aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Por isso que eu gostaria que V. Exa. me explicasse esta matemática.

(Tumulto em Plenário)

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

A votação da COPEL não tem nada a ver com essa votação.

(Tumulto em Plenário)

O SR. DURVAL AMARAL **(Pela Ordem)**

Com intuito de ajudá-lo, não de descaracterizar a sua Presidência. A gravidade é enorme Das Discussões da Assembléia Legislativa existe um capítulo próprio que trata das discussões. É o Capítulo nº 2 - Fala - nas discussões, fala do encerramento, enfim, tudo o que nós já discutimos e já está encerrado. Existe o Capítulo nº 3, que fala do processo de

votação e que trata efetivamente do encaminhamento de votação que está na Seção nº 4. Capítulo nº 3, Seção 4. São totalmente distintos. Não pode aplicar um ao outro. Não existe isso. Se o Sr. mantiver essa posição, me parece de uma facciosidade sem precedentes na história do Legislativo. Não sei se serei acompanhado, mas, se essa for a decisão de V. Exa. a Oposição se retira do Plenário, porque eu não quero reviver aqui, o que no passado eu vi, alguém rasgando o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vou proceder da mesma forma sempre com muito equilíbrio, respeitando sempre todos os senhores deputados, V. Exas. que encaminharão, poderão, em número de três Deputados, se inscreverem por dez minutos. É a decisão com relação à questão do encaminhamento de votação.

(Tumulto no Plenário)

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, artigo 104 do Regimento Interno.

“Aquilo que o Regimento Interno for omissor o Presidente decidirá. E cabe recursos ao Plenário se não concordar com a decisão do Presidente”.

Então, Deputado Durval, se ele não concordar com a sua sábia decisão, que recorra ao Plenário. Este é o caminho previsto no Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Eu gostaria de fazer um pedido aos Deputados. Nós estamos aqui em quatro ou cinco Deputados que poderiam encaminhar essa questão; não demoraria mais do que uma hora, e nós não feriríamos o Regimento de morte, mas se for essa a decisão de V. Exa. olha, estão aqui os Deputados Rossoni, Plauto, Elio Durval, Luis Carlos Martins, vejam, são cinco ou seis Parlamentares, e nós respeitaremos o Regimento.

Gostaria de pedir aos deputados que nós não encaminhássemos a votação, porque nós não aceitamos a sua decisão e nós vamos recorrer à Justiça.

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não podemos fazê-lo passar como vilão nesta Casa. É omissor o Regimento Interno em relação à questão de encaminhamento. V. Exa. está correto.

Qual é o artigo que está sendo ferido pelo Sr. Presidente?

O SR. DURVAL AMARAL

Artigo 172 do Regimento Interno.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Srs. Deputados, não cabe a esta Presidência dar a palavra para seis, sete deputados, e usando o Regimento quando o deputado se desviar do assunto a ser discutido, cortar a palavra e encerrar.

Solicito aos Srs. Deputados que falem um por vez.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu vou ser sensato. Eu só gostaria que o Deputado Nereu, olha nós estamos levando aqui a questão com seriedade. Outra coisa, essa questão de palhaçada, Sr. Presidente, eu gostaria de ter a sua atenção, gostaria que retirasse das notas taquigráficas “palhaçada”, porque não é isto que o Regimento Interno diz, aqui há de haver, por maiores que sejam as divergências, uma tratativa parlamentar; e nós somos minoria, poucos Deputados na Oposição, mas perdedores, sim, mas respeitados.

Eu gostaria que V. Exa., pelo menos eu acho conveniente, aqui da nossa parte foi tratado a questão regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Fico feliz de V. Exa. concordar agora, porque não foi isso que V. Exa. falou na tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

A questão de nós não acatarmos a sua decisão nessa última questão de ordem e que nos cabe o direito a recorrer à Justiça, não quer dizer que isso aqui seja uma “palhaçada” ou qualquer outra coisa. É um direito regimental e vamos lutar até o fim. Como aconteceu no passado muitas vezes, a Oposição, sentindo-se prejudicada, recorreu à Justiça. E nem assim aqui tornou-se uma palhaçada. Por favor não vamos transformar o linguajar desta Casa, que é uma Casa respeitada por todos os paranaenses, num boteco.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Não é o Deputado Valdir Rossoni que vai me ensinar a falar! Não vou aceitar a sua escola! Por isso, não retiro as palavras que disse, porque, discutir, questionar, ser a favor ou ser contra, entendo, porque já estou nesta Casa há quatro mandatos. O que não posso aceitar é colocar espada no peito do Presidente, querendo torná-lo vilão nesta Sessão! Não posso aceitar! Vamos discutir e defender a nossa posição, mas com absoluto respeito a todos, inclusive ao Presidente que preside esta Sessão.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, ou V. Exa. pede para retirar as palavras do Deputado Nereu Moura ou o Plenário decide?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito, e com a compreensão do Deputado Nereu Moura, que seja retirada das notas taquigráficas a palavra

palhaçada. E jamais submeteria à votação do Plenário. É de direito de Deputado responder pelas suas palavras, inclusive quando solicitado pelo Presidente que seja retirada, se o autor quiser manter, ele tem esse direito.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

É evidente, mas aceito a sua posição Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Acredito que vamos facilitar a vida dos Parlamentares da Situação que querem votar rapidamente essa questão.

Com todo respeito, não faltamos com respeito a V. Exa., em momento algum. Pelo contrário, tive a cautela de ir a V. Exa. alertando o equívoco fatal que comprometeria, como comprometida está esta Sessão, quando alertei sobre o artigo 172 do Regimento Interno que está previsto no Capítulo 3. É um capítulo próprio. Discussão está no capítulo 2, que é um capítulo próprio. São coisas distintas. E para encaminhamento de votação está no artigo 172 e os seguintes.

Nós da Oposição - e vou fazer o apelo aos demais deputados -, estamos nos retirando da Sessão Plenária, porque não podemos legitimar o que é ilegal. O Regimento Interno da Casa não está sendo respeitado por aquela que deveria ser a sua maior guardiã, que é a Mesa Executiva. Mas, não vamos contestá-lo e nem colocá-lo em constrangimento maior, mas vamos nos preservar para que possamos recorrer ao Poder Judiciário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Faço um apelo a V. Exa. e à Oposição, porque o artigo 172 é a regra geral do encaminhamento da votação.

Usando aqui o bom senso e evocando o artigo 104, solicitei aos Deputados da Oposição que três Deputados da Oposição, durante trinta minutos, encaminhassem. Tem só cinco Deputados querendo encaminhar.

Poderemos os cinco encaminhar!

Agora, se V. Exa. não quer permanecer no Plenário, vamos prosseguir com a sessão.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Nós seguimos rigorosamente a orientação do Líder da Oposição que está amparado regimentalmente pelo artigo 172, que permite a todos os Parlamentares encaminhar a proposição.

V. Exa. entende que apenas três podem falar, depois será encerrado. Diante desta colocação, a Oposição se retira do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de saber da Oposição quais seriam os Deputados inscritos para falar?

Alguém gostaria de encaminhar a votação do referido projeto?

O SR. VANDERLEI IENSEN

Gostaria de encaminhar contra as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode encaminhar porque estamos encaminhando a votação do projeto e das emendas.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Presidente, nós encaminhamos contra as emendas e pedimos à Base que vote de acordo com o nosso encaminhamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Deputados favoráveis ao projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre as emendas há um Requerimento nº 735, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio dos Deputados Alexandre Curi, Ademir Bier, Cleiton Kielse e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando votação em bloco das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 002/2004.

Em discussão o requerimento.

Em votação o requerimento. Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Portanto vai se proceder à votação em bloco, das emendas. Emenda nº 1 e nº 2 de Plenário.

Em discussão as emendas. Em votação. Favoráveis permaneçam como estão. **Aprovadas.**

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Verificação de votação.

Deputados que aprovam, queriam levantar-se.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem.

Solicito a contagem exata, porque sei que esta Sessão vai ser fruto de discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Nenhum voto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nenhum aprova.

Deputados que rejeitam as emendas, queiram levantar-se, por favor.

Solicito ao Sr. 1º Secretário Marcos Isfer que proceda à contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Vinte e nove Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e nove Srs. Deputados rejeitam.

Portanto, está aprovado o projeto, rejeitadas as emendas.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Solicitaria a V. Exa. que registrasse que foi aprovado por unanimidade dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, está registrado.

Antes de passarmos ao restante da Ordem do Dia, nós procuramos respeitar o Regimento Interno e baseado no bom-senso de que havendo cinco deputados, três poderiam encaminhar e nós teríamos mais meia hora de encaminhamento para a votação e posteriormente teríamos a votação.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Rapidamente, só mais uma vez para lembrar os nossos companheiros Deputados que amanhã às 17h00 haverá entrega do Título de Cidadão Honorário ao Dr. Paulo Pimentel e para tanto convidamos e esperamos a presença dos Deputados amigos desta Casa.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria avisar aos Srs. Deputados que ali na salinha da Presidência está sendo servido um lanche a todos os que quiserem.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que foi encaminhado ofício, com referência ao Projeto de Lei 124/2004, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2005. Então foi aberto o prazo, até dia 14 de maio, às 18h00.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Srs. Deputados vamos fazer a votação dos demais itens se não houver presença vai ser encerrada a Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Eu só queria justificar o meu voto, até porque há uma coerência, porque quando Prefeito também fiz remanejamento diversas vezes no meu Município, e seria incoerente da minha parte votar contra aqui, acreditando que o Legislador não perde a função de fiscalizar quando

depois ele tem todos os direitos de depois fiscalizar tudo aquilo que for solicitado.

Então eu só queria colocar que eu votei a favor, porque quando Prefeito eu usei dessa prerrogativa e tenho certeza que foi o melhor para a minha cidade.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital a ser comemorado no último sábado do mês de março. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 739/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.04.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 030/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Aeroclube de Londrina, com sede e foro em Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2004, de 01.03.2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro em Pérola. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2004, de 10.03.2004).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2004, de 16.03.2004).**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES APRE-

SENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ SOBRE AS EMENDAS. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o “arrancadão de tratores” no Município de Maripá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Antonio Busato. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 8687/87, que declara de Utilidade Pública Estadual o Departamento de Ação e Promoção Social Vó Durvina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama - AADIP, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 12.357, de 08/10/98, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 733 e 736, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 734, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 737 e 745, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 738, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 739, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 740 e 742, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 741, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 752, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 743, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 744, de autoria dos Deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 746, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 747, 748 e 751, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 749, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 750, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 753, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 474, 694/2003 e 016/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617, 716/2003; 005, 015, 018, 085, 109, 111 e 112/2004.

Convido ainda os Srs. Deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Sr. Paulo Pimentel, a realizar-se às 17 horas, do dia 05 de maio.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MAIO DE 2004.

“O Medo que os Condomínios Geram”

Jornalista Carlos Chagas.

O Presidente Lula decidiu, afinal, reunir o tal Conselho Político, constituído por Presidentes dos Partidos que apóiam seu governo. Apesar de anunciado para começar logo depois da posse, esse conselho jamais se reuniu. Várias são as explicações. A primeira, dada pelo próprio Presidente, de que ele não gostaria de encontrar Leonel Brizola, Presidente do PDT.

Pode ser, mas fica difícil, porque Brizola foi candidato a vice na chapa de Lula em 1998. Além do mais, o PDT apoiou o candidato do PT no segundo turno, em 2002. Tanto que foi dada representação ao Partido no Ministério, com Miro Teixeira nas Comunicações.

Muita gente achou estranho que Lula fizesse pessoalmente o convite, não através de Brizola, como seria o natural. Agora, identificar numa misteriosa idiossincrasia a motivação para que uma estrutura institucional deixe de funcionar é reduzir o Brasil à condição de republiqueta.

Outra razão para o Conselho Político não se ter reunido até agora e de que o Presidente Lula não quer, e o PT quer menos ainda, dar à sociedade a impressão de estar o governo dividido em condomínio. Trata-se de outra doença infantil de quem nunca governou, essa história de dizer “quem manda aqui sou eu!” Ora, quem manda na verdade não precisa estar repetindo que manda.

Será bom aguardar a reunião de quinta-feira, mas, mesmo com o PDT de fora, porque abandonou formalmente a base governista, constrangimentos poderão ocorrer aos montes. De que forma o Presidente do PL, Waldemar Costa Neto, opinará a respeito da política econômica, depois de haver pedido de público a exoneração de Antônio Palocci? E Roberto Freire, Presidente do PPS, que vem batendo no governo com mais força do que os tucanos e os liberais? Aceitarão os outros Presidentes de Partido fazer as vezes de vacas de presépio?

No olho do furacão

O Ministro Ricardo Berzoini, do Trabalho, continua no olho do furacão. Desde os tempos de Ministro da Previdência que ele não faz por menos: frequenta as manchetes por conta do aumento da contribuição obrigatória dos aposentados, de maldades praticadas contra os velhinhos, de ameaças de suspensão dos direitos trabalhistas que restam e, agora, em função do salário-mínimo, que ele julga bastante para o trabalhador sobreviver. Pois novas atribuições avolumam-se.

Afinal, ele é o Ministro que antes dos demais deveria estar cuidando das relações entre o trabalhador e os empregadores. Como em greve continuam os policiais

federais, os advogados da União, os servidores do INSS e os auditores da Receita Federal, o pior a acontecer será a moda pegar, estendendo-se a outras categorias. Pois é o que se prenuncia para a próxima segunda-feira. Oitocentos mil funcionários públicos ameaçam paralisar suas atividades, com o apoio de todas as centrais sindicais, inclusive a CUT.

Todo mundo sabe que se as responsabilidades fossem fulanizadas, as recriminações atingiriam Palocci, condutor da política que nos empobrece, mas culpá-lo será condenar o próprio Presidente, que por enquanto ninguém deseja. Deve então se cuidar o Ministro. Se a greve geral der certo, Berzoini será o primeiro sacrificado. Retornará à Câmara para ocupar a cadeira pela qual foi eleito. Agora, quanto ao segundo a atravessar a Praça dos Três Poderes, as apostas estão em aberto.

Tudo a perder

Política também costuma ser a arte da composição entre a ambição e a burrice. Com vistas a se tornarem candidatos à presidência, Geraldo Alckimin e José Serra

estão implodindo a ponte que conduziria um deles à disputa pelo Palácio do Planalto. Fala-se da Prefeitura de São Paulo. Caso Serra admitisse candidatar-se, bateria com facilidade Martha Suplicy, talvez até no primeiro turno, como mostram as pesquisas.

Mas ele teme a cobrança dos companheiros do PSDB, após sua eleição: “Tem de completar o mandato para o qual foi eleito, não pode frustrar o cidadão que votou para Prefeito, não para Presidente”. Quem cobraria? Geraldo Alckimin, claro, vendo afastado o mais forte concorrente tucano. Mas só ele?

Nem pensar. De seu novo apartamento, o sociólogo faz cálculos meticulosos: “Afastado Serra, obrigado a permanecer na Prefeitura, como aceitar que o governador deixe o cargo quase um ano antes do final do mandato, só pela ambição de concorrer à Presidência? Ainda mais quando não é um nome nacional. A regra que vale para um tem que valer para o outro”. E quem surgiria como o candidato que cumpre os mandatos até o fim? Imaginem...